



**REFORMA AGRÁRIA:
NOSSA LUTA VALE A PENA**



Publicação da Secretaria de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG Gestão 2017-2021



Aristides Veras dos Santos
Presidente



Alberto Ercílio Broch
Vice-presidente e
Secretário de Relações
Internacionais



Thaisa Daiane Silva
Secretária Geral



Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças
e Administração



Elias D'Angelo Borges
Secretário de Política
Agrária



Antoninho Rovaris
Secretário de
Política Agrícola



Rosmarí Barbosa Malheiros
Secretária de
Meio Ambiente



Edjane Rodrigues Silva
Secretária de
Políticas Sociais



Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação
e Organização Sindical



Mazé Moraes
Secretária de Mulheres
Trabalhadoras Rurais



Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens
Trabalhadores(as) Rurais



Josefa Rita da Silva
Secretária de
Trabalhadores(as)
Rurais da Terceira Idade

CONSELHO FISCAL



Marcos Junior Brambilla (PR)
1º efetivo



Dorenice Flor da Cruz (MT)
3º efetivo



Manoel Candido da Costa (RN)
2º efetivo



Idelnice da Silva Araújo (AP)
4º efetivo

PRODUÇÃO EDITORIAL

ANO DA PUBLICAÇÃO: 2019

COORDENAÇÃO GERAL

Elias D'Angelo Borges

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Alonso Batista dos Santos e Laissa Pollyana do Carmo

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Alonso Batista dos Santos, Antonio Lacerda Souto,
Verônica Tozzi Martins, Vilênia Porto Aguiar,
Assessorias de Comunicação e Política Agrária
das Federações

PROJETO EDITORIAL, EDIÇÃO E REVISÃO

Verônica Tozzi Martins

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fabricio Martins

FOTOS DA CAPA

Arquivo FETARN, Arquivo FETAEG, Arquivo FETAEMG
César Ramos, Marcos Aranha e Ubirajara Machado

IMPRESSÃO

Cidade Gráfica

TIRAGEM

5 mil exemplares

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N° 004/2018 PROCESSO N° 00104/2018

Apoio:



Realização:





ÍNDICE

6 APRESENTAÇÃO
A CONTAG e a luta pela reforma agrária

7 INTRODUÇÃO
Experiências comprovam que a reforma agrária vale a pena

8 HISTÓRIAS DE LUTAS
Base da estrutura fundiária brasileira

10 LUTA PELA TERRA
Reforma agrária como base para o desenvolvimento

14 RECONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
Atuais desafios para efetivação da reforma agrária

17 CULTURA
A cultura como instrumento de luta e resistência

18 VALORIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA
Reforma agrária: nossa luta Vale a pena!

20 ENTREVISTA
"Um dos objetivos é alertar a Sociedade sobre a gravidade do Cenário agrário e político do País"

24 >> EXPERIÊNCIAS DOS ESTADOS<<



40 >> EXPERIÊNCIAS TEMÁTICAS<<

54 DIREITOS
Modalidades de crédito para os assentados(as) da reforma agrária

58 AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA
Mulheres assentadas na luta pela produção agroecológica

61 EDUCAÇÃO DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA
Caminho para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

64 ORGANIZAÇÃO SINDICAL
Como está organizado o Sistema Confederativo CONTAG para a luta pela reforma agrária?

65 >> GALERIA DE IMAGENS E MAIS EXPERIÊNCIAS<<

A CONTAG E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

A luta pela terra e a formação da agricultura familiar são condições fundantes da nossa ancestralidade, pois a constituição da agricultura foi o invento mais revolucionário que deu origem às sociedades. Ela nasceu de base familiar e é uma das mais antigas profissões exercidas pela humanidade e sua contribuição vem modificando os rumos da história desde sua criação.

A busca pela posse da terra foi a razão primeira da organização sindical no campo desde as Ligas Camponesas, Associações de Lavradores, passando pela criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Uitab) em 1954, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). Continuando essa trajetória, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) em 22 de dezembro de 1963. Atualmente, coordenamos um Sistema Confederativo composto por 27 Federações e mais de 4.000 STTRs, representando mais de 15 milhões de agricultores(as) familiares distribuídos em mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais por todo o País.

Em toda a sua trajetória, a CONTAG sempre lutou por políticas estruturantes para o campo, como a luta pela terra, direitos previdenciários e trabalhistas, moradia digna, crédito, assistência técnica, educação, saúde, estradas, transporte, cultura e lazer, e outras que proporcionam qualidade de vida e trabalho no meio rural. A partir das ações de massa – Grito da Terra Brasil, Mar-

CÉSAR RAMOS



cha das Margaridas, Plenárias da 3ª Idade e Festival da Juventude Rural, por exemplo, garantimos conquistas para as populações do campo, da floresta e das águas.

Todas as ações têm como referência o nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), o qual se constitui como uma alternativa ao modelo de produção hegemônico concentrador de ter-

ra, renda e indutor de desigualdades. Apesar de ainda enfrentarmos enormes desafios, é nítido o avanço que tivemos em mais de cinco décadas. A luta sindical fez e está fazendo a diferença na vida das famílias agricultoras.

A reforma agrária é, acima de tudo, uma condição para a democracia, para o desenvolvimento do campo e do País. Uma política efetiva de democratização da terra e oferta de políticas públicas estruturantes, fundamental para manter as famílias no meio rural com condições de produzir, de forma sustentável, alimentos saudáveis e alcançar melhor qualidade de vida. É luta contra a relação perversa do latifúndio que mercantiliza, concentra, degrada a terra, quando nosso objetivo é cuidar para que ela cumpra a sua função social como previsto na Constituição. O acesso à terra é um direito fundamental, é sinônimo de liberdade, democracia e desenvolvimento com justiça social.

Como dizia Zé Pureza, importante líder trabalhador rural das lutas pela terra, **“o líder se tempera como aço na própria luta (...). A massa faz o líder na luta, na têmpera”**.

ARISTIDES VERAS DOS SANTOS
Presidente da CONTAG

EXPERIÊNCIAS COMPROVAM QUE A REFORMA AGRÁRIA VALE A PENA

Reforma agrária vale a pena. Esse é o sentimento que motiva as ações da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), em especial da Secretaria de Política Agrária.

Por qual razão em um país com dimensões continentais como o Brasil há pouca gente que tenha tanta terra e outras tantas que querem ter pelo menos um pedacinho de chão e não consegue? Por que para ter acesso à terra homens e mulheres ainda têm que fazer a luta com resistência, persistência, suor e sangue derramado? Como disse Pedro Munhoz na canção Procissão dos Retirantes, **“eu não consigo entender que em vez de herdar um quintão, teu povo mereça ter só sete palmos de chão”**.

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) defende a reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa, que interfira na estrutura fundiária e de poder e promova o ordenamento fundiário com a democratização do direito à terra e garantias territoriais, com a finalidade estratégica de promover a soberania e a segurança alimentar e lança o desafio à sociedade brasileira de debater sobre o papel da reforma agrária para o desenvolvimento do País.

Nesta revista, apresentaremos histórias de famílias que lutaram para conquistar um pedaço de terra e foram assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, os benefícios para a vida de trabalhadores e trabalhadoras contempladas, bem como a importância na dinamização do desenvolvimento regional e nacional.

Além das histórias de vida das famílias, também apresentaremos algumas políticas que podem ser acessadas pelos assentados e assentadas da reforma agrária, as novas regras para cadastramento e

CÉSAR RAMOS



seleção de famílias que serão assentadas em Projetos de Assentamento, dicas e receitas que podem ser utilizadas no dia a dia dessas famílias.

Apresentaremos, ainda, uma breve análise da estrutura fundiária brasileira (que persiste em ser concentrada e excludente), dos conflitos no campo e dos atuais desafios para a implementação da reforma agrária no País.

Só foi possível produzir a revista com a colaboração das Federações filiadas à CONTAG, que enviaram as experiências e histórias de superação de famílias de todas as regiões do País. Nossos agradecimentos pelo empenho de cada uma. Essas histórias fortalecem nossa motivação para continuar a luta em defesa de milhares de famílias que têm a esperança de serem assentadas.

Esperamos que esse material incentive o debate nos Sindicatos, nas Federações, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e instituições de ensino sobre o papel e a importância da reforma agrária no País. **REFORMA AGRÁRIA: NOSSA LUTA VALE A PENA!**

ELIAS D'ANGELO BORGES
Secretário de Política Agrária da CONTAG

FUNDIÁRIA BRASILEIRA



gem dos documentos de determinada área, o estudo de CADEIA DOMINIAL pode retroagir até no período da concessão da Carta de Sesmaria.

Essa opção de ocupação teve como consequência a formação de grandes latifúndios improdutivos e é uma das bases para a desigualdade social que vivemos até hoje.

Em reação a essa desigualdade, os trabalhadores e trabalhadoras se organizaram de diversas maneiras para garantir o acesso à terra. Podemos citar, como exemplo, o Quilombo dos Palmares, no século XVII; a Cabanada em Pernambuco e Alagoas (1832-1835); a Cabanagem no Pará (1835-1840); a Balaiada no Maranhão (1838-1841); Canudos na Bahia (1896-1897); e Contestado em Santa Catarina e Paraná (1912-1916).

Na história recente podemos destacar a luta das Ligas Camponesas nos anos 50, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) até a fundação da CONTAG e tantos outros exem-

Cadeia dominial é uma certidão do cartório de registro de imóveis que consta a relação de todos os proprietários de determinada área, desde o primeiro até o atual. Esse documento ajuda a avaliar se o documento da área tem validade ou não.

plos, como o de Trombas e Formoso no estado de Goiás.

Os trabalhadores e trabalhadoras sempre se organizaram de diversas formas para conseguir um pedaço de chão. O objetivo é sempre pressionar o governo a acelerar os procedimentos administrativos para obtenção de terras que serão destinadas para o assentamento de famílias. Cada grupo de pessoas tem uma forma singular de se organizar a depender de vários fatores que dizem respeito ao grupo específico.

Muitas vezes, os trabalhadores e trabalhadoras buscam as entidades sindicais pois reconhecem que é uma entidade de representação da classe. Nesses casos, cabe ao sindicato orientá-los dos seus direitos e deveres e apoiá-los nas negociações junto aos órgãos de governo. A pauta de reivindicação por áreas para assentamento de famílias é muito extensa. Para se ter uma ideia, há cerca de 600 (seiscentos) processos para obtenção de terras em diferentes estágios administrativos em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em todo o País que é acompanhado pelo movimento sindical.

VOCÊ SABIA? Que o problema da concentração fundiária poderia ser resolvido se no Brasil houvesse uma lei que limitasse o tamanho da propriedade no País? Essa medida já foi adotada por vários países, como Japão, Itália, Síria, Egito, Peru e Cuba. Em 2000, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), do qual a CONTAG fez parte, lançou a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar. Em 2010, foi realizado o plebiscito popular pelo Limite da Propriedade da Terra e quase meio milhão de pessoas disse ser favorável que no Brasil seja instituído um limite para a propriedade. Até hoje essa pauta está presente na luta do movimento sindical.

REFORMA AGRÁRIA COMO

O direito à terra e ao território é o primeiro passo para se garantir as demais políticas que promovem a qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, por isso, a reforma agrária sempre foi uma das principais pautas de reivindicação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Desde o início da sua organização nos anos 60, a luta pela reforma agrária é uma das principais bandeiras do MSTTR. Reforma agrária não pode ser compreendida apenas como divisão de lotes, distribuição de terras e/ou regularização de posses. Para o Movimento Sindical, é muito mais que isso, é dar condições para produzir e gerar qualidade de vida digna no campo para as famílias trabalhadoras rurais.

Apesar de muitos discursos a favor da reforma agrária, esta política nunca aconteceu sem a luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, é preciso compreender que a reforma agrária é uma pauta coletiva e precisa de unidade da categoria trabalhadora rural para forçar os governos a promoverem a desconcentração fundiária.

Há várias formas de o governo adquirir terras para o assentamento de famílias: desapropriação; adjudicação; expropriação; compra; arrecadação e destinação de terras públicas; entre outras. A principal forma continua sendo a desapropriação. Em qualquer um dos tipos de obtenção de terras, a morosidade no andamento dos processos administrativos é um grande empecilho para os trabalhadores e trabalhadoras. É comum que alguns processos demorem anos, e até décadas, entre a abertura do processo e o assentamento das famílias pelo Incra.

ARQUIVO FETAEG / PROJETO DE ASSENTAMENTO POÇÕES - CERES/GO



Só podem ser desapropriadas para reforma agrária áreas consideradas grandes propriedades, ou seja, acima de 15 módulos fiscais e que não atingirem o ÍNDICE MÍNIMO DE PRODUTIVIDADE. O módulo fiscal não tem um único tamanho, ele varia entre 5 a 110 hectares, dependendo do muni-

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE

Os índices de produtividade servem de parâmetro para o que é considerado uma área improdutiva. Esse é um dos critérios utilizados pelo governo para desapropriar uma determinada propriedade.

Os atuais índices foram fixados em 1980 com base no Censo Agropecuario. Esses índices devem ser atualizados, pois, passados quase 40 anos, eles possibilitaram que a produtividade das áreas aumentasse, o que faz com que quem quer manter a terra apenas para especulação imobiliária não seja penalizado.

BASE PARA O DESENVOLVIMENTO



cípio. Você pode saber o tamanho do módulo fiscal da sua cidade acessando o endereço: <https://bit.ly/2KIrA1o>

A criação de Projetos de Assentamento sempre foi resultado da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais que se articulam através de diferen-

classificar uma propriedade como produtiva ou inprodutiva para iniciar um processo de desapropriação de

o Plano Agropecuário de 1975. A CONTAG defende que, após 40 anos, a tecnologia e as novas formas de manejo são essenciais. A não atualização dos índices beneficia àqueles que não trabalham no campo.

tes tipos de organizações sociais. Entretanto, é importante saber que para ser assentado(a) da reforma agrária não basta fazer a luta pela terra, a pessoa tem que atender alguns critérios estabelecidos em lei. Atualmente, esses critérios são estabelecidos pela **Lei 13.465/2017** e regulamentado pelo **Decreto 9.311/2018**.

A CONTAG compreende que a seleção das famílias que serão assentadas em determinado Projeto de Assentamento deve ser feito primeiro entre as próprias famílias que fizeram a luta pela área que foi adquirida pelo Incra; afinal, foram elas que pressionaram o governo para dar agilidade ao processo de desapropriação e, como vimos, algumas esperam vários anos e alguns casos até décadas pela área a ser desapropriada.

De acordo com a nova lei, o cadastramento e a seleção das famílias serão feitos a partir de cada área desapropriada por meio de chamada pública. As inscrições serão feitas de forma individual e a pessoa precisa estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Após a inscrição, será feita a classificação das famílias seguindo a ordem de preferência e critérios para pontuação. Essa classificação é que determinará a ordem de prioridade para a destinação dos lotes.

O Movimento Sindical já manifestou aos órgãos de governo e de controle que esse modelo, por chamada pública, é injusto com as famílias que fazem a luta pela terra e alertou sobre o perigo de acirramento de conflitos no campo.

Segundo a nova legislação, para classificação será utilizada a seguinte ordem de preferência:

- Ao desapropriado (dono da área), ao qual será assegurada a preferência para a par-

cela na qual se situe a sede do imóvel, hipótese em que será excluída da indenização paga pela desapropriação;

- A quem trabalhe no imóvel desapropriado na data da vistoria de classificação e aferição do cumprimento de sua função social, como posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário, conforme identificação expressa no Laudo Agrônomo de Fiscalização do Incra;
- O trabalhador rural desintrusado de outra área, em virtude de demarcação de terra indígena, criação de unidade de conservação, titulação de comunidade quilombola ou de outras áreas de interesse público, localizada no mesmo município do projeto de assentamento para qual se destine a seleção;
- Ao trabalhador rural sem terra em situação de vulnerabilidade social inscrito no CadÚnico que não se enquadre nas hipóteses anteriores. É nesse item que se enquadram os acampados e acampadas da reforma agrária;
- Ao trabalhador rural vítima de trabalho análogo à escravidão, identificado pelo órgão competente;
- A quem trabalhe como posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário em outros imóveis rurais; e
- Ao ocupante de área inferior à fração mínima de parcelamento, ou seja, área menor que um imóvel rural pode ser

desmembrado (de acordo com o módulo fiscal de cada município).

A lei estabelece também, além da ordem de preferência, uma ordem de classificação:

- Unidade familiar mais numerosa – cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser assentada, conforme o tamanho da família e sua força de trabalho – até o limite de 10 pontos;
- Unidade familiar que resida há mais tempo no município que está localizado o projeto de assentamento para o qual se destine a seleção, ou nos municípios vizinhos – até o limite de 10 pontos;
- Unidade familiar chefiada por mulher – 5 pontos. Considera-se a unidade familiar chefiada por mulher aquela em que, independentemente do estado civil, a mulher seja responsável pela maior parte do sustento de seus dependentes;
- Unidade familiar ou indivíduo integrante de acampamento – situado no mesmo município do projeto de assentamento da seleção ou em município vizinho – até 15 pontos, graduados conforme a proximidade do imóvel;
- Unidade familiar que contenha filho com idade entre 18 e 29 anos e cujos pais ou mãe sejam assentados residentes no mesmo projeto de assentamento para o qual se destina a seleção – até o limite de 10 pontos;

VOCÊ SABIA? Que a Constituição Federal, em seu Artigo 184, estabeleceu que a responsabilidade pela desapropriação para fins de reforma agrária é ato exclusivo da União, ou seja, os estados e municípios não podem fazê-lo sob pena de todo o processo administrativo ser cancelado pela justiça.



- Unidade familiar de trabalhador(a) rural que resida no imóvel destinado ao projeto de assentamento – para o qual se destina a seleção na condição de agregados – até 10 pontos;
- Tempo comprovado de exercício de atividades agrárias pela unidade familiar – até 10 pontos; e
- Unidade familiar em situação de vulnerabilidade social e econômica – até o limite de 10 pontos, graduados conforme a faixa de renda.

QUEM NÃO PODE SER BENEFICIADO EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO

A lei também estabelece a relação de pessoas que **NÃO** se enquadram como beneficiários do Programa:

- Funcionário(a) público. A lei estabeleceu algumas exceções, por exemplo: agentes de saúde, professores(as), assistentes sociais, técnicos agrícolas e motoristas de ônibus que prestam serviço na comunidade;
- Quem já foi beneficiado(a) pelo programa de reforma agrária, de regularização fundiária ou de crédito fundiário e tenha sido excluído, ou abandonado a parcela sem consentimento do órgão de governo responsável pela programa;
- Proprietário rural, com exceção da pessoa que teve o imóvel desapropriado e o agricultor que, comprovadamente, tenha uma propriedade cujo tamanho seja insuficiente para o sustento próprio e o de sua família;
- Proprietário, cotista ou acionista de empresa que esteja em funcionamento;
- Menor de 18 anos, a não ser que seja emancipado na forma da lei; e
- Ter renda familiar proveniente de atividade não agrária superior a três salários mínimos mensais ou superior a um salário mínimo per capita.

ATUAIS DESAFIOS PARA EFETIV

LUIZ HENRIQUE PARAHYBA



De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário/IBGE de 2017, na última década houve reconcentração fundiária no País, ou seja, temos mais terra nas mãos de um número menor de pessoas.

Segundo os dados do Censo, o Brasil possui 5.072.152 de estabelecimentos agropecuários. Desse total, 50.865 são estabelecimentos com área acima de 1.000 hectares, o que corresponde a 1% do total. Outros 420.136 estabelecimentos têm áreas acima de 100 e abaixo de 1.000 hectares, o que corresponde a 8% do total. As pequenas propriedades (0 a 100 hectares) são a maioria absoluta no Brasil, com 4.523.693 imóveis rurais (4,5 milhões), o que corresponde a 89% de todos os estabelecimentos no País. Além desses, ainda há 76.671 estabelecimentos sem área, a exemplo dos extrativistas e apicultores, que representam 2% do total.

Entretanto, quando se refere à área ocupada, observamos o quanto a terra é concentrada no Brasil. Segundo o mesmo Censo Agropecuário, os estabelecimentos acima de 1.000 hectares ocupam 48% das terras, os estabelecimentos com área acima de 100 e abaixo de 1.000 hectares ocupam 32%, enquanto que as áreas abaixo de 100 hectares ocupam 20% do território brasileiro.

Os dados ficam mais alarmantes quando consideramos os estabelecimentos abaixo de 10 hectares. Do total de estabelecimentos no Brasil, essas áreas correspondem a 50% do número de propriedades existentes no País, entretanto, ocupam apenas 2% do território nacional.

Quando se compara os dados do Censo Agropecuário de 2017 com o de 2006, observa-se que os estabelecimentos acima de 1.000 hectares passaram a ocupar 11% a mais de terras no País. Parece pouco, mas isso significa 16.573.292 (16,5

VAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

milhões) de hectares. Para se ter uma ideia, isso equivale a uma área sete vezes maior que o estado do Sergipe e daria para assentar mais de 100 mil famílias com lotes de 100 hectares.

Além da reconcentração fundiária, merece destaque a compra de terras por estrangeiros, o que amplia os desafios para a luta pela reforma agrária, pois os trabalhadores e trabalhadoras têm que enfrentar os interesses internacionais no nosso território para terem controle sobre o minério, a água, a energia e na produção de alimentos.

Chama atenção, também, a participação de capital estrangeiro em Sociedades Anônimas (empresas com ações em bolsa de valores) que possuem estabelecimentos no País, caracterizando outra forma de estrangeirização das terras. Os dados do Censo Agropecuário/IBGE de 2017 apontam que as Sociedades Anônimas têm 0,1% dos estabelecimentos do Brasil, mas detém 10,1% da área total do território, ou seja, empresas já possuem um número considerável do território brasileiro e parte delas têm capital estrangeiro.

A partir de janeiro de 2019 aconteceram significativas mudanças na estrutura dos órgãos que executam as políticas para a agricultura familiar e, em especial, para as políticas de reforma agrária. As alterações foram feitas através da Medida Provisória 870, de 1 de janeiro de 2019, que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e o Decreto 9.667, de 2 de janeiro de 2019, que aprovou a nova estrutura regimental e os cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que passou a ser órgão responsável pelas políticas de reforma agrária, regularização fundiária

de áreas rurais, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas.

É importante lembrar que as mudanças começaram ainda em 2016, quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e, em seu lugar, foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) ligada à Casa Civil. Naquele ano, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passou a ser vinculado diretamente à Presidência da República.

Agora, a MP 870/2019 extinguiu a Sead e as atribuições, que não foram extintas, foram transferidas para outros Ministérios, em especial ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que passou a ter uma Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Outra mudança que merece destaque é que o Decreto 9.667/2019 também vinculou o Incra ao Mapa. Não retirou do órgão a sua condição de autarquia, entretanto, o mesmo Decreto criou a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, que tem entre suas atribuições: a) supervisionar diretamente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); b) identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, e; c) identificação, delimitação, demarcação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.

Todas essas mudanças não significam apenas ajustes administrativos ou aperfeiçoamento da estrutura, elas são a materialização da visão de governo sobre a importância da reforma agrária para o desenvolvimento do País e como será a relação com os povos indígenas e comunidades

tradicionais, pois desmontam estruturas de governo já consolidadas e com corpo técnico qualificado para as demandas desses sujeitos, e transfere para estruturas sabidamente sem a *expertise* necessária para atendimento dessa pauta.

Quanto à política de reforma agrária, a preocupação da CONTAG é com a continuidade dos processos em tramitação no Incra e que estão aguardando decisões judiciais. O Sistema Confederativo CONTAG (Confederação, Federações e Sindicatos) acompanha em todo o País cerca de 600 processos administrativos para obtenção de terras que estão tramitando nas Superintendências Regionais e em Brasília, e outros que foram ajuizados nas respectivas comarcas competentes para imissão na posse pelo Incra em diferentes ações. Vale destacar que muitas decisões judiciais dependem apenas de comprovação de pagamento de benfeitorias e/ou terra nua para que o Instituto emita a posse e que os valores pendentes não cheguem a 5% do valor total da área.

São milhares de famílias que aguardam a desapropriação de áreas para criação de novos assentamentos, créditos e financiamento para instalação e estruturação de suas propriedades e a regularização definitiva de suas parcelas.

A CONTAG sempre defendeu o fortalecimento do Incra por reconhecer o seu papel para o rural brasileiro. Entendemos que a subordinação dessa autarquia a uma Secretaria do Mapa possa fragilizar e retirar a autonomia da instituição para continuidade dos processos.

O que é necessário é a valorização dos(as) servidores(as), recomposição do número de funcionários(as) através de concurso público e a reposição de orçamento, que nos últimos quatro anos tem diminuído a níveis que inviabilizam a execução da política de reforma agrária. Para se ter a dimensão do problema, em 2015, o orçamento previsto para obtenção de terras foi de R\$ 800 milhões e para o orçamento de 2019 estão previstos apenas R\$ 42 milhões, ou seja, quase 95% a menos.

DIVULGAÇÃO



A CULTURA COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA

A luta pela reforma agrária inspirou e inspira muita poesia e muita música que retratam a vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais e a luta por vida digna. Essas expressões culturais ajudam a compreender o quanto a reforma agrária é importante na vida do povo brasileiro. Também nos ajudam, muitas vezes, a compreender melhor o que não conseguimos explicar apenas com palavras.

Uma dessas expressões é a música “A grande esperança”, de autoria de Francisco Lázaro e Gerson Coutinho (Goiá), que fala da necessidade da reforma agrária. Entre os anos de 1960 e 1970 ela fez muito sucesso na gravação feita pela dupla Zilo e Zalo e está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=nfjPJdSxf-Y>

A GRANDE ESPERANÇA

(Francisco Lázaro e Gerson Coutinho - Goiá)

A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para situação que está precária.
Saindo projeto do chão brasileiro
De cada roceiro ganhar sua área
Sei que miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária!

Esta grande crise que a tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morrem brasileiros de fome e de frio.
Em nossas cidades ricas em imóveis
Milhões de automóveis já se produziu,
Enquanto o coitado do pobre operário
Vive apertado ganhando salário,
Que sobe depois que tudo subiu!

Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade da sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem quer à meia com o seu patrão!
O nosso roceiro vive num dilema
E o problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que projeto se for assinado,
Estará ferindo a Constituição!

Mas grande esperança o povo conduz
E pede a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha,
E para a família não faltar o pão.
Que eles não deixam o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação,
A desigualdade aqui é tamanha
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de tostão!



Muito se fala sobre a importância da reforma agrária para a vida das pessoas e para o desenvolvimento do País. Mas, **você sabe o que é reforma agrária?** De maneira geral, é um conjunto de ações que tem como objetivo promover a melhor distribuição da terra.

Vamos pensar na reforma de uma casa. Se uma família tem mais pessoas do que quartos disponíveis e a casa possui outros cômodos grandes, ela pode dividir esse cômodo para que cada pessoa tenha o seu quarto, mesmo que sejam menores do que eram. Em uma reforma, mudamos tudo o que entendemos estar errado.

Com esse exemplo da reforma da casa, podemos imaginar que a reforma agrária deveria re-

parar toda a questão fundiária no Brasil, ou seja, aqueles que têm muita terra passariam a ter menos para aumentar o tamanho das áreas de quem tem pouca terra e possibilitar àqueles que não têm nada a ter um pedaço de chão.

Considerando esse exemplo, também podemos avaliar se a política de reforma agrária no Brasil pretende mesmo mudar esta distorção. Será que é uma política que pretende desconcentrar a terra? Atualmente, o que se faz é: compra e/ou desapropria uma área improdutiva, indeniza o fazendeiro e assenta trabalhador. É claro que isso é importante, mas não muda a estrutura fundiária no Brasil.

Apesar de muita luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de promessas de vários governos que até lançaram planos e ações prometendo efetivar a reforma agrária no Brasil, ainda somos um dos países com maior concentração fundiária no mundo.

Muitos questionam a criação de Projetos de Assentamento, justificando que é caro e que nem sempre dão resultados. Esta revista apresenta várias experiências em todas as regiões do País que comprovam que as famílias beneficiadas pela reforma agrária conseguem ter melhor qualidade de vida a partir da produção de alimentos saudáveis, de forma sustentável, e que os Projetos de Assentamento dinamizam a economia local e contribuem para o desenvolvimento regional e nacional.

VOCÊ SABIA? Muitas pessoas acham que as famílias de reassarzir os investimentos feitos para aquisição da terra do governo”. Isso não é verdade! Para ter que pagar pela terra e cumprir outras cláusulas por ocasião de seu assentamento. As condições regulamentos por lei.

AGRÁRIA: NOSSA LUTA VALE A PENA!

DIVULGAÇÃO



Para além da economia, há outros aspectos que precisam ser considerados ao avaliarmos os resultados positivos da implantação de um Projeto de Assentamento. Aliás, a maioria delas não é medida com parâmetros econômicos, pois não se tratam de números e sim de vivência. Como podemos medir, por exemplo, a reaproximação de famílias? E o prazer de poder criar os filhos sem o medo da violência urbana?

Mas, se isso não for suficiente, peguemos alguns números: 75% de tudo que consumimos no dia a dia, do que está na nossa mesa no café da manhã, almoço e no jantar vem da agricultura familiar. É só olhar as feiras de nossas cidades para constatar a variedade de produtos ofertados e quem produz. Em relação à geração de empre-

... famílias assentadas não têm obrigações no sentido de...
...ção da terra e chegam a falar que elas “ganharam...
... direito ao título definitivo, as famílias têm que...
... revistas no contrato que assinam com o governo...
... es e prazos para o pagamento dos títulos são

gos, mais de 70% de todos os empregos gerados no campo estão ligados diretamente à agricultura familiar, por isso é importante fortalecer as políticas de reforma agrária.

Em 2018, o Sistema Confederativo CONTAG iniciou a Campanha de Valorização da Reforma Agrária para intensificar o diálogo com a sociedade sobre a importância dessa política para o desenvolvimento do País. Foram realizadas 19 Oficinas Estaduais de Formação e Capacitação para Acesso à Terra e Políticas de Permanência no Campo e uma Mobilização Nacional pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

Além do diálogo direto com a sociedade, as ações promoveram a capacitação de agricultores e agricultoras familiares para incidir nos processos de negociação de políticas públicas de acesso à terra e permanência no campo promovendo o desenvolvimento sustentável. Mais de 2 mil lideranças participaram das atividades e estão capacitadas para apresentação de demandas e negociação com os governos para criação de novos projetos de assentamentos e para elaborar propostas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de seus territórios.

LUÍZ HENRIQUE PARAHYBA



“UM DOS OBJETIVOS É SOBRE A GRAVIDADE DO CENÁRIO

JOKA MADRUGA



PADRE PAULO CESAR MOREIRA SANTOS, MEMBRO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga anualmente o Caderno CONFLITOS NO CAMPO com o registro de mortes no campo em conflitos pela posse da terra, pelo acesso à água, ou em decorrência de grandes projetos que prejudicam comunidades inteiras. Também são registrados os assassinatos em conflitos trabalhistas ou que envolvem trabalho análogo a escravo.

Durante o ano de 2017 foram 1.431 conflitos computados, número 6,8% menor que o registrado em 2016. No entanto, a média foi de uma morte violenta a cada 20 conflitos, enquanto que em 2016 correspondia a um assassinato a cada 25 conflitos. O ano de 2017 também foi marcado por chacinas, uma demonstração clara do acirramento da violência no campo.

A CPT registra e divulga o relatório anual com os dados de conflitos no campo desde 1985. Em 32 anos, foram registrados 1.438 conflitos com assassinatos, com um total de 1.904 vítimas. Desses casos, apenas 113 foram julgados e foram condenados 31 mandantes dos assassinatos e 94 executores.

O Padre Paulo Cesar Moreira Santos, membro da Coordenação Nacional da CPT, explica os objetivos e a metodologia adotada na elaboração do caderno e aponta os principais fatores que levam para esse acirramento da violência no campo nos últimos anos.

Qual o objetivo do Caderno CONFLITOS NO CAMPO?

Um dos objetivos do Caderno CONFLITOS NO CAMPO é alertar a sociedade sobre a gravidade do cenário agrário e político do País. O caderno é um instrumento tanto para dar visibilidade à situação dos povos do campo quanto de denúncia.

Qual é a metodologia adotada na elaboração do Caderno?

É importante destacar que, em 2002, a publicação da CPT foi reconhecida como científica pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, e que é utilizada por vários meios de comunicação nacionais e internacionais e por várias universidades do mundo. Oferecemos um

ALERTAR A SOCIEDADE O AGRÁRIO E POLÍTICO DO PAÍS”

material de qualidade e o mais fiel possível sobre a realidade do campo. Nós temos assessores para a elaboração do Caderno, são pesquisadores das áreas de metodologia, agrária, e de ciências políticas, que nos ajudam a pensar o material. Os dados contidos ali partem de fonte primária, que são obtidos e repassados por agentes da CPT, mulheres e homens, parceiros(as), voluntários(as) que estão junto às comunidades. Nós coletamos essas informações, denúncias e as sistematizamos, além de confirmarmos alguns dados pelos meios de comunicação.

Mesmo sendo referência para as organizações sociais, institutos de pesquisa, universidades e meios de comunicação, por que os ruralistas contestam os números divulgados?

Querer diminuir a importância da publicação é uma tentativa de esconder a verdadeira realidade que existe no campo.

O Caderno aponta para um crescimento da violência no campo nos últimos anos. Quais são os motivos?

O ano de 2017 deu um salto não somente na violência, mas na forma como se produziu a violência. Para a CPT, a violência no campo também parte de uma violência institucionalizada no País, que tem como base a implementação de políticas do projeto político que está em curso e que começou a tomar muita força em 2015, com toda a articulação visando o *impeachment* da presidenta Dilma. Ao nosso ver, a política se tornou totalmente refém do agronegócio e os ruralistas se sentiram com carta branca para atuar. E, em 2017, isso foi muito intenso, com assassinatos de coletivos, de comunidades. Foram cinco chacinas registradas:

Colniza/MT; Pau D’Arco/PA; Vilhena/RO; Lençóis/BA; e Canutama/AM. É um processo que busca impedir, de qualquer forma, o acesso à terra. E essa violência está sendo legitimada pelas políticas de Estado. Tem todo um processo de entrega das riquezas do País para o mercado nacional e internacional, não só as nossas terras, mas também os mananciais de água, o pré-sal e fontes de minério. Além disso, o latifúndio está muito bem organizado com milícias e em vários casos vemos o envolvimento do braço armado do Estado.

A impunidade contribui para o aumento da violência contra os povos do campo, floresta e águas?

Somos herança de um processo colonial que é marca da escravidão indígena, escravidão negra, de todo um processo de expropriação, que marcou a história do Brasil e que marca as instituições que temos hoje, inclusive os poderes. Aliás, a impunidade é um fator preponderante desses assassinatos e perseguições. O poder Judiciário quando não é omissivo é conivente em vários casos em relação aos assassinatos que acontecem no campo. As oligarquias rurais têm muita força em muitos locais e os poderes político e judiciário acabam se submetendo e fechando os olhos para uma realidade muito perversa.

Como lidar com esse aumento da violência?

Temos diversos projetos de lei para serem aprovados no Congresso Nacional para diminuir os direitos das pessoas do campo, indígenas, quilombolas e em situação de vulnerabilidade. Então, há a necessidade da gente denunciar de forma articulada e criar forças e processos conjuntos para enfrentar essa situação. A CONTAG e outras entidades têm essa capacidade.

>> EXPERIÊNCIAS DOS ESTADOS <<

Para exemplificar os bons resultados da reforma agrária em todo o País, a CONTAG, as Federações e Sindicatos apresentam algumas experiências nesta revista. Após a conquista da terra, as famílias se organizam de diferentes formas para produção e comercialização dos produtos e fazer do seu lugar de morada um lugar bom de viver, mesmo com a insuficiência de assistência técnica e créditos para investimento e infraestrutura.

Nas próximas páginas teremos contato com diferentes experiências: produção agroecológica, empreendedorismo, inovações tecnológicas, recuperação de áreas degradadas, cooperativismo e associativismo.

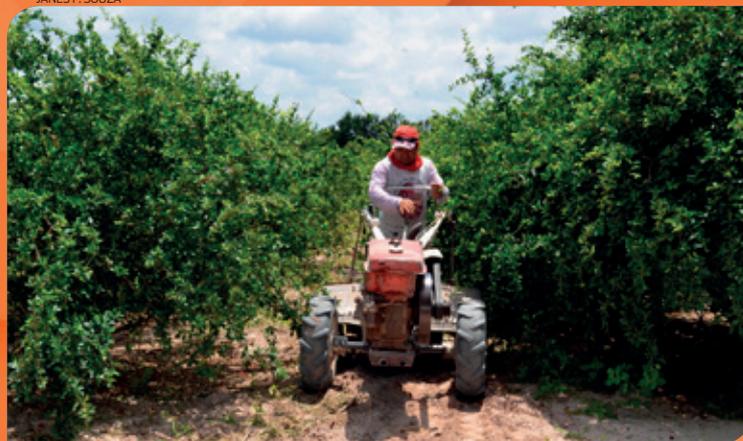
Também temos experiências que valorizam os saberes do campo, o trabalho rural, a luta sindical, a formação para aprimorar a produção dos assentamentos, a busca por melhores condições de vida a partir do acesso às políticas públicas, entre outras.

Portanto, é apenas uma amostra dos frutos que já estamos colhendo com a política de reforma agrária, com a busca pela democratização da terra. Apesar de a demanda pelo assentamento de famílias ainda ser grande, as experiências existentes animam a nossa luta, a nossa esperança por um pedaço de chão para todos e todas.

ARQUIVO FETAEG



JANES P. SOUZA



ARQUIVO FETAG-PI



ARQUIVO FETAG-PB



ARQUIVO FETAG-RS





AMAZONAS - DIVULGAÇÃO

DESPESCA DE PIRARUCUS FORTALECE ORGANIZAÇÃO DE EXTRATIVISTAS

A experiência selecionada trata do manejo de pirarucus no lago do Manariã, na comunidade São Raimundo, localizada na Reserva Extrativista do Médio Juruá. A despesca é promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo (Amecsara), com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) e da Secretaria Municipal de Produção Rural.

Apesar de proibida em todo o Amazonas, a despesca do pirarucu é permitida em terras indígenas, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável de acordo com normas de manejo. Além de ter contribuído para geração de renda dos moradores, a atividade serviu para fortalecer a organização dos extrativistas e aprender a usar os recursos de forma racional para gerar benefícios para as comunidades.

DESPESCA NA RESEX - Na Reserva Extrativista (Resex) do Médio Juruá, seguindo a prática tradicionalmente realizada por pescadores da região do Médio Solimões e sistematizada por técnicos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ma-

mirauá, os moradores vêm realizando contagens anuais nos lagos localizados dentro dos limites da unidade de conservação desde 2005.

Ao longo dos anos, as variações do estoque pesqueiro de cada uma das áreas foram monitoradas e discutidas entre os moradores. O aumento no número de peixes através da proteção dos lagos foi uma importante condicionante para permitir a pesca da espécie nas áreas manejadas.

COMERCIALIZAÇÃO - Após a despesca e transporte, o pescado é comercializado em Carauari. A decisão foi tomada pela Amecsara para permitir que os(as) associados(as) vivessem uma experiência de comercialização da produção extrativista em escala menor, mas com venda assegurada.

Outro objetivo foi permitir que a comunidade pudesse ter acesso aos recursos produzidos na reserva extrativista e percebesse que ter uma unidade de conservação traz benefícios não apenas para os usuários diretos, mas para toda a população. Além disso, o manejo e a comercialização do pescado estabelecem mudança nas relações entre moradores da região e comunidades ribeirinhas.

Fonte: ICMBio

FÁBRICA DE CHOCOLATE DA AGRICULTURA FAMILIAR

ARQUIVO COOPFESBA



A Bahia é o segundo maior produtor de cacau do Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E a sua produção também foi ganhando importância econômica com a expansão do consumo de chocolate pelo mundo. O Projeto de Assentamento Etevaldo Barreto Pelé, por estar localizado no município de Ibicaraí, no sul da Bahia, região tradicional do cacau e da pecuária e no bioma da Mata Atlântica, apostou o seu desenvolvimento nesta importante cultura.

Em 2001, após os fazendeiros abandonarem suas fazendas de lavouras cacaeiras devido a infestação de “vassoura de bruxa”, os(as) assalariados(as) rurais pleitearam as áreas e conquistaram o seu pedaço de terra com o apoio do STTR, da FETAG-BA e da CONTAG. As famílias assentadas conseguiram recuperar as plantações de cacau e optaram por continuar com a produção desta cultura. Daí surgiu a fábrica de chocolate da

agricultura familiar, a Bahia Cacau, localizada em um assentamento e gerenciada pela Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Salgado (Coopfesba), que reúne 60 produtores rurais. A fábrica tem uma produção de 600 quilos de chocolate/mês.

Segundo o presidente da cooperativa, Osaná Crisóstomo do Nascimento, a principal demanda das famílias era ter preço justo com a produção. “Temos garantido aos assentados preço justo para as famílias se manterem no campo com um trabalho diferenciado e de qualidade. Realizamos um grande trabalho de plantio, boa colheita, secagem, preparo e produção de nibs de cacau”, comemora Osaná.

O QUE SÃO NIBS DE CACAU? - Os nibs de cacau são feitos a partir dos grãos tostados, descascados e quebrados em pedaços menores e também são conhecidos como amêndoas de cacau. Podem ser misturados com cereais, saladas, no preparo de bolos e em outras receitas. São riquíssimos em polifenóis, magnésio, flavonoides e antioxidantes.



ACEROLA ORGÂNICA É GARANTIA DE RENDA EM ASSENTAMENTO

Com um trabalho desenvolvido de forma coletiva, o Assentamento Val Paraíso, em Tianguá, município da Região Serrana do Ceará, se destaca pela produção de frutas e hortaliças, principalmente pelo cultivo de acerola orgânica e com certificação, que é vendida 100% para uma empresa americana.

O assentamento conta com 73 famílias, que desenvolvem a agricultura irrigada em aproximadamente 100 hectares. “Nosso principal produto e o que nos deu mais destaque é a acerola orgânica. Temos certificação que nos permite vender não só para os Estados Unidos, como também para a Europa. Mas fechamos há alguns anos contrato com uma empresa americana que compra nossa produção com um preço fixo, o que garante a gente ter uma renda programada, já que não dependemos das variações de preço do mercado. Só em 2018, comercializamos aproximadamente 500 toneladas de acerola orgânica. Isso permitiu que cada família que faz parte da cooperativa tirasse pelo menos uns dois salários mínimos por mês só com a venda da acerola”,

JANES P. SOUZA



afirma Benedito Salvino, presidente da cooperativa.

As 73 famílias se reúnem desde 1992 por meio de uma associação. Em 2005, foi criada uma cooperativa para produção de fruta orgânica com participação de cerca de 20 famílias. “Aí escolhemos a acerola, pois ela produz em grande quantidade, pelo menos três vezes ao ano. Hoje, nosso pomar de acerolas orgânicas é de 20 hectares”, relata Benedito. O pomar orgânico é em uma área separada e com vegetação natural para permitir proteção, inclusive de possíveis produtos químicos agrícolas que possam ser aplicados em outras

lavouras. “Sempre recebemos visitas do instituto de certificação para testar a qualidade e se as acerolas continuam 100% livres de qualquer agrotóxico ou hormônio”, pontua Benedito.

“Além de nós que participamos da cooperativa, todas as famílias do assentamento contam com áreas de irrigação para o cultivo de outras frutas e também de hortaliças. Essa outra área é de mais ou menos uns 80 hectares. Aí o cultivo nela é de forma tradicional, com a exceção do Senhor Manuel Imburana, que a área dele é agroecológica”, afirma Vicente de Paula, liderança comunitária e sindical do assentamento.

ASSENTADO REALIZA SONHO DE MANTER JOVENS DA FAMÍLIA NO CAMPO

ARQUIVO STTR PANCAS



nas mais variadas tarefas. Ao todo, no lote de 6,1 ha, são: 12 mil pés de café conilon; 400 pés de eucalipto; 300 pés de laranja; 1.600 pés de pimenta-do-reino; 40 pés de manga; e 40 pés de cacau, trabalhadas de forma consorciada, bem cuidada e com sistema de irrigação.

“Por mais de 40 anos a nossa família sempre trabalhou nas fazendas como meeira. A troca de fazenda em fazenda não dava nenhuma garantia de estabilidade e, hoje, na condição de assentado, a nossa família tem a liberdade de trabalhar com segurança e a garantia da permanência no campo. Hoje temos melhor qualidade de vida e estamos felizes e satisfeitos no nosso lote”, destaca seu Gervásio, feliz com o progresso de sua família e com o sonho realizado de ter o seu pedaço de terra.

Os filhos, filhas e netos(as) de seu Gervásio, que são jovens e mulheres, em sua maioria, não trocam a liberdade e a tranquilidade da vida rural pela cidade, e afirmam que vivem em união familiar, inclusive no trabalho. Esse amor pelo campo e os valores do trabalho rural estão sendo passados de pai para filho(a).

Mesmo com o aumento da saída de jovens do meio rural para os centros urbanos em busca de oportunidades de emprego e renda, ainda podemos encontrar muitas famílias que seguem unidas nas propriedades rurais e na lida da roça. A família do seu Gervásio Pereira Dourado, assentado do Projeto de Assentamento Geraldo Sperandio, localizado no Córrego da Ferrugem, em Pancas/ES, é um bom exemplo do que significa a expressão “sucessão rural”.

Seu Gervásio é viúvo, tem 75 anos e, com o trabalho de nove

membros de sua família, entre filhos(as) e netos(as), sustenta toda a família com a produção agrícola familiar, produzindo seis culturas diferentes em um lote de 6,1 hectares, destacando-se das demais 70 famílias do P.A. pela diversificação da produção.

O assentamento foi criado em 1999 e, em 2007, o assentado e sua família iniciaram suas atividades com plantio de café e depois ampliaram a produção com outras culturas. Segundo informações do STTR de Pancas/ES, toda a renda da família vem das atividades agrícolas e todos os membros dividem-se

O SUCESSO DA CRIAÇÃO DE PEIXES EM ASSENTAMENTOS

Em meio a um cenário bellissimo da região próxima à Cidade de Goiás, assentados(as) estão produzindo cada vez mais e ainda preservando as riquezas naturais e culturais. A cerca de 40 quilômetros da Cidade de Goiás, os Assentamentos União Buriti e São Carlos comprovam isso. Trabalhadores e trabalhadoras rurais sindicalizados(as) produzem e preservam o meio ambiente.

A criação de peixes é comum na região e, além de fornecer um alimento delicioso à família, ajuda no aumento de renda. A assentada Divina Alves de Souza pode comprovar como isso acontece. Ela e o marido, João Pedro da Silva, começaram o criadouro há cerca de oito meses e acreditam que durante a Semana Santa já irão ver os frutos do seu investimento com o aumento da procura por peixes. “Nós criamos a espécie tabatinga, que é um cruzamento, e já começamos a



vender. Eu creio que, apesar do alto custo, compensa investir nisso”, ressaltou Divina.

Essa é a mesma opinião do assentado William Nogueira da Silva, que cria seis espécies de peixes, inclusive o pintado. Contudo, para ele, as dificuldades de certificação são empecilhos para a comercialização dos peixes. “O estado precisa de uma ação voltada para nós. Eu já fui muitas vezes na Agrodefesa e não conseguimos a certificação para poder vender em

supermercados, porque o custo é alto demais”, protestou.

Outro exemplo da mesma região é a produção do João Batista Caixeta. Ele e a família têm uma produção diversificada na parcela conquistada e vê com bons olhos a criação de peixes. Apesar de não ter muita ambição em comercializar em grande escala, Caixeta acredita que é um bom investimento para a Semana Santa que se aproxima. Segundo ele, a procura já aumentou e vai aumentar ainda mais.

DICAS PARA AS MULHERES

Plantas medicinais para cólica menstrual: Artemísia, sálvia, mil em ramas, algodão e mentrasto.

Cólica com fluxo escasso: alecrim, mentrasto, salsa, babosa, açafrao e canela.

Cólica com fluxo excessivo: mil em ramas, raiz de algodão, gengibre e hibisco.

FORMAÇÃO APRIMORA PRODUÇÃO DE ARTESANATO COM FIBRAS

MARCOS ARANHA



Rodrigues Pereira, ou simplesmente dona Maria:

“Nós trabalhamos com a fibra de buriti desde jovens, produzindo as esteiras, que aqui chamamos de tapete. Eu senti vontade de aprender a fazer outras coisas além do tapete, foi então que entramos em contato com o STTR para pedir essa formação. O STTR, com apoio da FETAEMA e da CONTAG, conseguiu trazer dois cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) para a região. O primeiro foi para fazer crochê com a fibra do buriti, e o segundo para trabalhar com os talos da taboa. Com esses materiais fazemos bolsas, carteiras, jogos americanos, porta-panelas, cestas e outras coisas”, conta Dona Maria.

É consenso entre os 15 artesãos e artesãs do Grupo Arte e Produção do Povoado São Domingos que os cursos recebidos através da articulação feita pelo Sistema Confederativo CONTAG foram importantes para aumentar a renda das famílias na comunidade.

O Projeto de Assentamento Estadual Santa Rita fica situado no município de Paulino Neves, na Região do Baixo Parnaíba, no Maranhão. Criado em 2005, o PE Santa Rita é composto por 11 povoados instalados em 26 mil hectares de terras típicas da região: arenosas, entrecortadas por riachos e brejos onde são fartas as palmeiras, como o Buriti, a Buritirana, a Taboa, o Tucum, o Dendê, dentre outras.

É dessas fontes de riqueza natural que um grupo de 15

agricultoras e agricultores familiares extrai os insumos necessários para desenvolver uma atividade de produção muito especial e delicada: o artesanato com fibras.

Do Buriti, por exemplo, nada é desperdiçado. Do fruto se fazem doces e licores e a polpa da fruta. As folhas cobrem as casas, já a casca dos frutos e o caroço servem de ração para os animais. Os grandes talos desta palmeira servem para fazer diversos produtos de artesanato, como conta Maria de Jesus

BENEFÍCIOS DO ALHO

Ajuda no tratamento da pressão alta, arteriosclerose, varizes, problemas do fígado, gripe e resfriado, tosse, catarros, pneumonia, asma, reumatismo, artrite, entre outros.

É POSSÍVEL TER QUALIDADE DE VIDA EM ASSENTAMENTO

Campo Verde é um dos municípios de Mato Grosso com melhor índice de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida. Mas, nem por isso, os trabalhadores e trabalhadoras rurais deixam de enfrentar dificuldades. O assentado Moacir José Bertussi e sua esposa Sueli Vargas Bertussi, do Projeto de Assentamento Tapeirinha – que integra a Associação dos Mini Produtores Rurais de Campo Verde (Amprocav), lutam diariamente para conseguir sustentar a família com o que é produzido em um pequeno lote.

“Como o nosso registro da terra ainda não saiu, não conseguimos acessar financiamento bancário para investir na propriedade. Também precisei me adaptar para trabalhar em uma área pequena. Mas, recebemos vários cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) dando instrução pra gente trabalhar com pequenas propriedades”, explicou Moacir.

O assentado fala com orgulho que está conseguindo vencer e ter renda suficiente para realizar e conquistar algumas coisas a partir do seu empenho e de toda família. A família cria galinha caipira, suínos e vacas leiteiras. O

ARQUIVO STTR CAMPO VERDE



assentamento também é forte na olericultura, principalmente no sistema hidropônico. “Amadureci bastante cuidando da minha própria terra. Cheguei com família pequena, com crianças começando a estudar. Com o meu pedaço de terra consegui formar as filhas, adquiri carro novo, entre outras coisas, e estou muito alegre e contente. Se eu tivesse acesso a mais recursos para investir na propriedade, seria melhor ainda. Não é porque estamos em assentamento que não conseguimos adquirir as coisas. É só ter boa vontade e disposição para o trabalho. Para mim, tornar-me um assentado foi uma lição de vida”, destacou o assentado.

XAROPE DE ABACAXI PARA COMBATER GRIPE

Descascar o abacaxi e colocar as cascas no fundo da panela. Colocar uma camada de rapadura. Colocar uma camada do abacaxi fatiado e outra camada de rapadura. Quando terminar todas as camadas, acrescentar canela, cravo e casca de angico (uma colher de sopa rasa de cada). Levar ao fogo sem acrescentar água. Cozinhar até formar o xarope. O abacaxi depois pode ser utilizado como doce.

DE TERRA ARRASADA A GRANDE PRODUTORA DE LEITE

ARQUIVO PESSOAL



As primeiras lutas do Projeto de Assentamento Fruta D'Anta, em João Pinheiro/MG, se deram, inicialmente, a partir de mobilizações organizadas pelo STTR/FETAEMG, logo após o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985.

Antes de se tornar assentamento, a fazenda era de propriedade de estrangeiros e foi muito explorada por carvoeiras. Após a exploração de carvão, a área ficou em estado de abandono. O Incra entendia que esta terra não servia para reforma agrária, ao contrário dos(as)

trabalhadores(as) rurais da região. Segundo Dercílio Ângelo Leão e sua esposa Irene de Oliveira Moraes, assentados no P.A., as famílias acreditavam na qualidade do solo e idealizaram um sonho de conquistar um pedaço de terra e construir uma vida melhor.

Devido a morosidade e burocracia por parte do Governo/Incra, os(as) trabalhadores(as) se organizaram, criaram uma associação e fizeram regimento interno, sempre coordenados pelo Sindicato/FETAEMG. O Incra reconheceu que as famílias atendiam os requisitos exigidos para participarem do PNRA e resolveu adiantar o processo. Foram assentadas 220 famílias.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas para estruturar as famílias, principalmente pela condição da terra, a produção foi iniciada com culturas de subsistência (horta, lavouras de época e gado de leite), avançando com a criação da Cooperativa Cooperfruta, de um armazém e, hoje, com um supermercado.

O carro-chefe do P.A. Fruta D'Anta é o leite, segundo Dercílio. A Cooperfruta dedica-se, em especial, à produção de leite pasteurizado e iogurte, garantindo uma boa renda mensal para as famílias. A família de Dercílio produz entre 350 a 500 litros dia (ordenha mecânica). O leite produzido é todo entregue na Cooperativa. O casal também produz laranjas e comercializa em feira livre. “A reforma agrária foi muito importante na minha vida, influenciou mudanças sociais e econômicas. Destaco o grande apoio da minha esposa Irene, pois, o trabalho dela como mulher do campo foi fundamental para fortalecer e alavancar o nossa experiência produtiva”, reconhece.

ASSENTADOS GARANTEM RENDA COM PEQUENOS ANIMAIS

Os assentados e assentadas do Projeto de Assentamento Arraiaporã, em Redenção/PA, lutaram bastante até se consolidarem e garantirem renda e qualidade de vida para toda família. “Fomos ameaçados(as) de morte por pistoleiros, mas, felizmente, todos(as) permanecemos vivos e fortes na luta”, disse o assentado Manoel Pereira Da Silva.

Mas, os desafios só estavam começando. A área estava toda em mata virgem e as famílias começaram a produção e a construção de infraestrutura do zero. Portanto, no início, a maior dificuldade era escoar a produção porque não havia estrada na região. “As roças que fazíamos eram de toco, tudo feito com foice, enxadas e machados. Nunca deixamos de produzir para o nosso sustento e produzíamos com fartura. Muitas vezes, a sobra da produção se perdia nos paióis por falta de oportunidade de levar pra cidade, pois não tinha jeito de levar até o comércio. As carroças passavam por trilhos dentro do mato, os animais eram velhinhos e cansados”, explicou a também assentada Hiolanda Schragle.

As famílias contaram com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, da Igreja e da Comissão Pastoral da Terra para a criação da associação e, desde então, já avançaram na sua organização.

Conseguiram escola para os(as) filhos(as), agentes comunitários de saúde, posto de saúde, programa Luz para Todos, saneamento, foi assinado convênio para a construção e recuperação de estradas e pontes, entre outras políticas.

Tanto Hiolanda quanto Manoel optaram pela criação de pequenos animais. Hiolanda disse que no seu lote, diariamente, são produzidos 500 litros de leite de vaca com a utilização de ordenha e que também produz ovos caipiras. Já Manoel dedica-se à venda de ovos caipiras e à criação de porcos e bezerros. Há algum tempo, o que tem contribuído também para aumentar a renda é a alevinocultura. No lote do assentado são 11 tanques com criação de Tambaqui e Caranha.

“Com a mão de obra da família e poucos colaboradores, podemos garantir que a agricultura familiar dentro dos projetos de assentamento tem grandes resultados positivos”, afirmou Hiolanda.

ARQUIVO PESSOAL



DESSALINIZADOR PERMITE VIVER BEM NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

ARQUIVO FETAG-PB



com escassez de água, ou seja, famílias que precisam conviver com o semiárido.

O dessalinizador transforma água salobra em potável e foi projetado a partir de um trabalho de construção participativa, envolvendo alunos e agricultores da região.

O desejo do professor é transformar essa iniciativa em um projeto de política pública, como aconteceu com a construção de cisternas, possibilitando que as famílias continuem sobrevivendo da produção de suas terras, a partir de alternativas ecológicas e técnicas.

O assentado Claudino de Oliveira Castro, do P.A. Fazenda Olho D'Água, em Seridó/PB, já construiu o seu dessalinizador. “Melhorou nossa saúde, pois tomávamos água sem tratamento. Também melhorou a relação social de trabalho entre os envolvidos”, avaliou Claudino.

Uma experiência inovadora e premiada pela Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2017 tem permitido que assentados(as) vivam bem, com água potável, no semiárido brasileiro. O projeto, coordenado pelo professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Francisco Loureiro, beneficia 37 famílias em três cidades da Paraíba, a partir da construção de dessali-

nizadores de baixo custo, desenvolvidos a partir da captação de energia solar, com o mínimo ou nenhum impacto ambiental.

A construção de cada dessalinizador custa até R\$ 1 mil e está em fase de experiência em alguns assentamentos paraibanos. Segundo o professor, a ideia surgiu diante da necessidade de facilitar o acesso à água segura para o consumo humano para as famílias que vivem em regiões

DEFENSIVO NATURAL DE ALHO

O alho é um poderoso repelente natural, capaz de impedir e afastar muitos insetos que atacam as plantas. Para preparar o defensivo, tritura-se no liquidificador uma cabeça de alho com alguns cravos, juntamente com dois copos de água para se obter um composto bem homogêneo. Deixar repousar durante um dia, para em seguida, misturar em 3 litros de água. A mistura obtida pode ser vaporizada diretamente nas folhas das plantas. A infusão de alho também é bastante eficaz para combater o pulgão e a mosca branca.

PRODUÇÃO ORGÂNICA TRANSFORMA VIDA DE ASSENTADOS(AS)

O assentamento Mandacaru é pioneiro e referência na produção orgânica certificada de hortaliças e frutas no Vale do São Francisco. Está localizado em Petrolina/PE, em uma região polo da agricultura convencional, com grande consumo de agrotóxicos. E um dos destaques é a produção de uvas orgânicas.

A produção do assentamento está inserida na venda institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), é comercializada em supermercados na região do Vale do São Francisco, bem como em feiras locais, regionais e nacional.

“O trabalho com agricultura orgânica transformou a vida da minha família, bem como das demais famílias envolvidas, pois produzimos alimento de verdade, nos preocupamos com o meio ambiente e com as gerações futuras”, destacou a assentada Ozaneide Gomes dos Santos.

Além da preocupação em produzir alimentos saudáveis, as lideranças do P.A. Mandacaru preocupam-se com a sucessão rural. Segundo Ozaneide, é feito todo um trabalho voltado para a permanência do(a) jovem no cam-

FOTOS DIVULGAÇÃO



po, com oficinas e capacitações, gincana cultural e, futuramente, implantação de uma trilha agroecológica que será gerida pelos(as) jovens da comunidade.

Outra experiência significativa é o trabalho com mulheres, visando, principalmente, o seu empoderamento e autonomia econômica. Existe um grupo de mulheres na comunidade que trabalha no beneficiamento de frutas e da mandioca.

Mesmo com todos os avanços e com a organização do assenta-



mento, é permanente a luta junto à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) para conseguir água para a produção.

VOCÊ SABIA?

O consumo de alimentos orgânicos é importante não só pelo fato de não usarem agrotóxicos. Essa prática respeita os ciclos de vida dos animais, insetos e também absorve mais gás carbônico da atmosfera que a agricultura convencional. E mais, o consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos pode causar prejuízos à saúde, que vão de alergia a doenças crônicas.

DE EMPREGADO A DONO DA PRÓPRIA TERRA

ARQUIVO FETAG-PI



seu Zuza, que é casado e pai de quatro filhos(as), planta feijão, milho, mandioca e cria ovelha, bode, porco, galinha e peixe. Os filhos já são casados, mas continuam morando no P.A. e ajudam na produção da família. Seu Zuza vende milho para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e os peixes são vendidos para as comunidades da região. Algumas culturas produzidas são para o consumo da família ou dos animais.

“Antes, mais da metade do que eu produzia era entregue para o patrão. Hoje, como a terra é minha, tudo o que planto é para a minha família e o que vendido se transforma em renda própria”, disse seu Zuza, valorizando essa importante conquista e destacando a transformação na sua vida e toda família.

A vida do trabalhador rural José Gomes da Silva, mais conhecido por Zuza Viera, de 63 anos, mudou completamente quando deixou de ser um simples morador de uma propriedade rural, trabalhando em regime semelhante a de me-

eiro, e passou a ser assentado na mesma área, após processo de desapropriação reivindicado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de José de Freitas/PI.

No Projeto de Assentamento Fazenda Tinguís – Núcleo 2,

DEFENSIVO NATURAL CASEIRO DE PIMENTA, FUMO, SABÃO E ÁLCOOL

Ingredientes: 10 g de pimenta malagueta; 10 g de fumo picado; 16 g de sabão de coco; 100 ml de álcool; e 2 litros de água

Modo de preparo:

1. Picar a pimenta em pedacinhos e deixar de molho em 100 ml de água durante 3 dias;
2. Deixar o fumo de molho em 100 ml de álcool durante 1 dia;
3. Derreter o sabão de coco em 200 ml de água quente;
4. Coar a pimenta. No mesmo recipiente, coar também o fumo. Por final, misturar o sabão com água;
5. Misturar a solução obtida com a água restante. Pode guardar tampado na sombra por até 3 meses longe de animais e crianças.

Em seguida, com um pulverizador, borrifar nas plantas semanalmente até os insetos sumirem de vez. É bastante eficiente no combate de ácaros, pulgões e lagartas.

ASSENTADOS(AS) MOSTRAM QUE REFORMA AGRÁRIA É VIÁVEL

O Projeto de Assentamento Nova Esperança do Aré, em Itaperuna/RJ, avançou bastante na garantia de infraestrutura para as famílias assentadas a partir do trabalho de orientação feito pelo Sindicato, pela Federação e pela Emater-RJ na elaboração de projetos e no acesso às políticas públicas.

O P.A. já conta com energia pelo programa Luz para Todos, trator com implementos, plantio de cana, pastagem para o gado, recuperação de nascente, ordenhadeira, tanque de expansão, entre outros.

A área possui grande potencial de produção agrícola e as famílias estão empenhadas em ampliar a área de plantio no assentamento. Os(as) assentados já conseguem avaliar que con-



seguiram garantir um pouco de conforto, renda suficiente para o sustento da família e dignidade a partir da conquista da terra.

Apesar de as famílias assentadas relatarem que ainda sofrem preconceito pelo fato de terem sido “sem-terra”, garantem que sentem muito orgulho de trabalharem na roça, de pro-

duzirem alimentos e gerarem desenvolvimento no campo. Os(as) assentados(as) afirmam, ainda, que estão mostrando que a reforma agrária é viável para o País e que o P.A. Nova Esperança do Aré tem todo um potencial para se tornar um assentamento com grande capacidade de exploração produtiva da área.

TRATAMENTO NATURAL PARA DIMINUIR A PRESSÃO ALTA

Alho: abaixa a pressão, suaviza as artérias, ajuda a neutralizar a ação nociva da nicotina sobre as artérias, regulariza as funções cardíacas e combate os distúrbios digestivos. Como usar: 2 a 3 dentes crus nas refeições, todos os dias.

Embaúba: 3 colheres de sopa de folhas picadas em 1 litro de água fervente. Deixar esfriar, coar e tomar durante o dia.

Colônia: Uma folha para um litro de água. Ferver por 5 minutos. Deixar esfriar e tomar durante o dia.

Chás: folha de chuchu; folha de cidreira; folha de maracujá ou laranja; cabelo de milho; folha de abacate seca; alho.

P.A. É EXEMPLO DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E REUSO DE ÁGUA

ARQUIVO PESSOAL



residuária doméstica. No local, foram implementadas ações do saneamento, tais como: esgotamento sanitário; coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos; e água potável para consumo. Existe rede coletora da água residuária doméstica em todas as residências e o esgotamento sanitário do assentamento consiste em um sistema de coleta dessa água e posterior tratamento em estação para uso agrícola, não havendo o lançamento direto dos resíduos em lagos ou córregos, minimizando os riscos de poluição e contaminação ambiental. A água não apresenta contaminação físico-química e, ou microbiológica, não demandando, assim, tratamento da mesma.

Com relação aos resíduos sólidos domésticos é feita uma triagem do material, sendo a fração orgânica encaminhada para compostagem (resíduos orgânicos diversos) e alimentação de suínos (resíduos de comida). No assentamento não existem problemas com embalagens de agrotóxicos, pois adotam os princípios de produção agrícola da agroecologia.

A produção agrícola na Chapada do Apodi, em Apodi/RN, ocupa posição de destaque no Rio Grande Norte, particularmente em relação à produção de mel, caprinos, algodão agroecológico, frutas, hortaliças e outros.

Até 2008, o algodão foi a cultura de maior importância na Chapada do Apodi, entretanto, o desenvolvimento descontrolado do bicudo do algodoeiro inviabilizou a continuidade dessa atividade na região. Nesse contexto, o Projeto de Assentamento Milagres destaca-se pela ati-

vidade agrícola irrigada e de sequeiro, com a produção de milho, feijão, girassol, algodão agroecológico, caju, mandioca, manga, batata, acerola, mamão, melão, melancia e hortaliças. Na pecuária, tem a apicultura, caprinocultura e bovinocultura como atividades de maior expressão, sendo a primeira apontada como de grande potencial, devido à diversidade de espécies melíferas encontradas durante o período chuvoso.

O assentamento tem 28 famílias, produzindo diariamente um volume de 20 m³ de água

A INEXPLICÁVEL EXPERIÊNCIA DE VIVER EM UM ASSENTAMENTO

Até ser assentada no Projeto de Assentamento Novo Arroio Grande, no município de Arroio Grande/RS, a família de Natiéle Patrícia Machado passou por vários acampamentos e cidades gaúchas diferentes – Cruz Alta, Palmeira das Missões, Júlio de Castilhos, Jóia, Caçapava, Candiota, Santo Antônio das Missões e, por fim, Arroio Grande já como uma das selecionadas para o P.A., em 1997.

Segundo Natiéle, que nasceu dois meses depois já no assentamento, sua família passou por muitas dificuldades, fome, frio e preconceito ao longo dessa espera pelo pedaço de chão. A jovem mora atualmente no assentamento com os pais, avós, tios e outros parentes.

Natiéle relata que os primeiros dois anos na área foram de muitas lutas. Tiveram que se adaptar com o clima, época de plantio e as variedades mais indicadas para a produção, pois vinham de outra região do estado. Sempre em busca de melhorias, os(as) assentados(as) começaram a lutar por energia elétrica, estradas, escola para seus filhos e o respeito da comunidade. “Os arroio-grandenses por não conhecerem e saberem apenas o que a mídia passava sobre os assentados,

ARQUIVO FETA- RS



acabaram ficando meio receosos com a nossa chegada. Muitas vezes fomos chamados de vagabundos, que não trabalhavam e que apenas queriam ganhar terra de graça, porém, ninguém conhecia a real história dos assentados e pelo o que eles haviam passado até chegar nesse município”, desabafa a jovem assentada.

Hoje, as principais atividades econômicas do P.A. são a plantação de milho, soja, trigo, feijão, produção de leite e outros alimentos orgânicos. Também tem criação de animais, como porcos, galinhas e vacas.

Cursando Licenciatura em Pedagogia, Natiéle afirma que a

escola do assentamento é uma conquista muito significativa para todos os(as) assentados(as). “Acredito que as escolas dos assentamentos precisam de professores que tenham a mesma realidade que os assentados, fazendo com que os alunos queiram ficar nas suas terras e não mostrar que as cidades são melhores”.

E completa: “A experiência de morar em um assentamento e ter pais que foram acampados é inexplicável, pois tudo que conquistamos foi graças ao movimento de luta. Aqui se aprende muitas coisas, dar valor ao que parece insignificante para muitas pessoas”.

LAVOURAS COMUNITÁRIAS FORTALECEM A ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

ARQUIVO FETAGRO



Um dos diferenciais do Projeto de Assentamento Primavera, em Theobroma/RO, é o cultivo em lavouras comunitárias, a exemplo da mandioca, e produção de farinha pelas famílias assentadas através da associação, fortalecendo a sua forma de organização, seja exercendo atividades em conjunto ou individualmente.

No P.A. também há produção de leite, lavouras de café, cacau, milho, cará e uma diversidade de frutas e legumes para o consumo próprio das famílias.

Em 27 de setembro de 1997 foram assentadas 227 famílias na área. Segundo o STTR e a FETAGRO, continua a ser um assentamento ativo, com grande presença e contribuição para o desenvolvimento do município.

Ao longo dessas duas décadas, as principais lutas do assentamento até a sua consolidação foram a construção de estradas para escoar a produção e a construção de uma escola dentro do assentamento. Infelizmente, o assentado Francisco da Silva Paulo informou que a escola foi fechada no início de 2018 após publicação de decreto municipal. “Com o fechamento da escola, tornou-se insegura a educação dos filhos dos assentados”, protestou o assentado.

No entanto, Francisco agradece a oportunidade que teve de proporcionar uma vida melhor para a sua família depois da conquista da terra. “Ser beneficiado com uma propriedade para trabalhar é algo muito bom. Melhor ainda é ter minha família aqui próximo a mim, trabalhando e sonhando juntos. Vim com minha família, criei meus filhos. Hoje, todos já formaram novas famílias e estamos felizes”, disse agradecido.

ARQUIVO FETAGRO



EXERCÍCIOS PREVINEM INFARTO

Segundo especialistas, o infarto agudo do miocárdio é a principal causa de morte no Brasil. A prática de exercícios físicos, a redução no consumo de gorduras e sal, deixar de fumar, perder peso e a redução dos níveis de glicose no sangue estão entre algumas das medidas que devem ser tomadas quando se inicia um tratamento para pessoas com risco de infarto. Nunca é tarde para mudar o estilo de vida!

GRANDE PRODUTOR DE LARANJA, ASSENTAMENTO GIRA ECONOMIA LOCAL

O Projeto de Assentamento São Francisco, localizado em Cristinápolis/SE, é o mais antigo coordenado pelo Sistema Confederativo CONTAG (Confederação – FETASE – Sindicatos) no estado e, recentemente, as famílias receberam o título provisório de posse da terra.

O P.A. São Francisco foi criado após reivindicação do STTR de Cristinápolis e da FETASE junto ao Incra para vistoriar a Fazenda Paiaíá. Nesta área foram assentadas 43 famílias, que escaparam da miséria e hoje vivem de forma digna, produzindo alimentos diversos.

O assentamento faz parte da cadeia produtiva da laranja, sendo um dos maiores produtores da região. No entanto, as fa-

ARQUIVO FETASE



mílias ainda enfrentam dificuldades para escoar a produção, dependendo de atravessadores.

A assentada Luziete dos Santos Araújo explicou que, além de ser um dos maiores produtores de laranja na região, o assentamento também produz coco seco e coco ver-

de, mandioca e seus derivados, contribuindo significativamente com a economia local por se tratar de um município agrícola. “A reforma agrária é muito importante, pois é a partir dessa terra, desse chão, que tiramos o sustento da nossa família”, ressaltou.

DEFENSIVO NATURAL DE ALHO E PIMENTA

Um composto formado com alho e pimenta pode ser um eficiente repelente de insetos como os ácaros, pulgões, caracóis, percevejos e mosca branca.

Ingredientes para 1 litro de defensivo: 6 dentes de alho; 2 pimentas; e um copo de água.

Modo de preparo:

1. Juntar tudo e triturar no liquidificador;
2. Adiciona-se água até completar 1 litro;
3. Deixa repousar por 24 horas;
4. Para finalizar, filtra-se com um coador.

Pode pulverizar nas plantas pela manhã ou no final da tarde. Aplicar uma vez por semana até se observar a ausência dos insetos daninhos. Deve-se aplicar esse produto quando for observada a presença de praga, visto que esse repelente também pode afastar outros insetos benéficos para as plantas, a exemplo de joaninhas e abelhas.

>> EXPERIÊNCIAS TEMÁTICAS <<

Depois de conhecermos experiências positivas de reforma agrária selecionadas pelos estados, na próxima sequência vamos conhecer mais casos de projetos de assentamentos bem desenvolvidos a partir de algumas temáticas, como a conquista de autonomia econômica pelas famílias assentadas, vida digna, experiências de agroindustrialização, cooperativismo, de venda de produção para programas de compras governamentais e do resultado da assistência técnica na qualidade do que é produzido e no cuidado com os animais nos assentamentos.

Também vamos conhecer algumas estratégias utilizadas por alguns assentamentos para divulgar a sua produção para abrir mercados, de investimentos em maquinários, a transformação na vida de algumas famílias com a conquista de moradia digna, experiências em criação de abelhas, peixes e fabricação de farinha temperada, entre outras.

São experiências como essas que mostram para o Sistema Confederativo CONTAG e para a sociedade que a luta pela reforma agrária e por melhores condições de vida para o homem e a mulher do campo vale a pena.

JANES P. SOUZA



ARQUIVO FETAEG



ARQUIVO FETAG-PI



ARQUIVO PESSOAL



ASSENTAMENTOS VIZINHOS MOVIMENTAM FEIRAS LIVRES NA REGIÃO

Os Projetos de Assentamento Maravilha e Santa Maria estão localizados em áreas contínuas no município de Eunápolis/BA, ou seja, são vizinhos e carregam muitas semelhanças na luta pela terra e no desenvolvimento das áreas e das famílias.

Foi grande a luta até serem criados os dois assentamentos. São 199 famílias assentadas no P.A. Maravilha e, hoje, são aproximadamente 500 famílias residindo na área, pois os filhos e parentes foram constituindo famílias ao longo dos anos. Já no P.A. Santa Maria, das 62 famílias assentadas, hoje, a estimativa é que tenham aproximadamente 130 famílias no assentamento.

A principal produção dos dois assentamentos é o café colôn. O P.A. Maravilha possui dois secadores; tem uma boa produção de leite, que basicamente é vendido para laticínios da região; e destaca-se na fruticultura, já tendo investido na construção de uma agroindústria para despolar as frutas produzidas; além de produção grande de farinha e de outros derivados de mandioca; e criação de pequenos animais, como carneiro e ovelha. Já o P.A. Santa Maria também produz abacaxi e outras frutas; leite; hortaliças; criação de galinha caipira e de outros pequenos animais. Os

FOTOS FETAG-BA



dois assentamentos comercializam nas principais feiras livres de Eunápolis e Porto Seguro.

Ambas as áreas foram apresentadas nas pautas de reivindicação do Grito da Terra Brasil e, hoje, contam com boa estrutura, agrovilas, escolas, postos de saúde, estradas e recursos hídricos. Portanto, são considerados assentamentos bem desenvolvidos e com boa produção na região do extremo sul da Bahia.

“Sou assentado no P.A. Santa Maria e acredito que a maioria

das famílias, mesmo com todas as dificuldades, melhorou de vida. Houve uma grande transformação nesse sentido. E no assentamento vizinho, que é mais antigo, tem gente que está muito bem de vida, com boas casas, bem estruturadas, alguns têm o próprio trator ou caminhão. Toda essa transformação é resultado da conquista da terra e através do que consegue produzir e comercializar”, disse o assentado Tico Lisboa.

REFORMA AGRÁRIA SALVOU FAMÍLIAS DA MISÉRIA

ARQUIVO FETASE



Uma das principais lutas do Sistema Confederativo CONTAG (Confederação – Federações – Sindicatos) é garantir a aplicação de políticas públicas que proporcionem vida digna às famílias do meio rural. Visando o bem-estar das famílias do município de São Miguel do Aleixo, em Sergipe, que passavam por muitas dificuldades pelo alto índice de desemprego e de pobreza com a escassez de alimentos na região na década de 1990, o STTR local e a FETASE intensificaram a luta pela reforma agrária na tentativa de assentar as famílias rurais e dar a elas a oportunidade de uma vida digna no campo.

Em 1999, foram assentadas 70 famílias no Projeto de Assentamento Paraíso de São Pedro. “Aqui nunca teve ambição, disputa ou orgulho entre as famílias, existia sim a necessidade de o povo trabalhar na terra. E boa parte dos(as) trabalhadores(as) assentados já trabalhava na mesma fazenda antes de ser desapropriada”, destacou a assentada Renildes dos Santos. Hoje, depois de muita luta para desenvolver a área e garantir estrutura para as famílias, todas saíram da miséria e vivem dignamente. Em 2017 as famílias assentadas receberam o título provisório da área.

O assentamento faz parte da bacia leiteira da região, sendo um dos maiores produtores de leite. No entanto, um dos desafios enfrentados ainda hoje pelos(as) assentados(as) é o período de estiagem, que impacta a produção. Mas, a autonomia econômica conquistada com a produção na própria terra, transformou a vida dessas famílias e a economia do município. “Além de produzirmos para o sustento e garantia de vida digna de nossas famílias, contribuimos com a economia local da região, sendo um dos maiores produtores de leite”, comemora Renildes.

COMO CONTROLAR FORMIGAS SAÚVAS DE FORMA NATURAL?

Ingredientes: Pão caseiro e vinagre

Modo de preparo: Colocar pedaços pequenos de pão caseiro embebidos em vinagre próximo às tocas/ninhos/carreadores e em locais onde as formigas estão cortando. O produto introduzido na alimentação das formigas começa a criar mofo preto e fermenta. Isso é tóxico e mata as formigas.

BENEFICIAMENTO DE CASTANHA AMPLIA PRODUÇÃO E RENDA DE FAMÍLIAS

A agroindustrialização da castanha do caju no Assentamento Che Guevara, em Ocara/CE, é uma atividade socioeconômica que vem se destacando pela capacidade de agregar valor à produção, gerar trabalho e renda para as famílias locais, sobretudo para as mulheres e jovens.

A história das famílias do Assentamento Che Guevara começa em 1999, quando os as famílias conquistaram a tão sonhada terra para morar e trabalhar. No ano seguinte, observando a aptidão do solo para o cultivo do caju, os trabalhadores(as) iniciaram a plantação do pomar de cajueiro anão precoce.

O P.A. Che Guevara conta com uma área total de 1488 hectares e a agroindustrialização possibilitou a ampliação da produção e renda das famílias.

Os frutos que os assentados(as) do Che Guevara estão colhendo no presente são resultado de uma decisão coletiva que ocorreu há pouco mais de dez anos, quando foi criada a Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara (Copac). “Quando chegamos aqui, éramos muito pobres, passávamos

necessidades. Mas nunca perdemos a esperança de uma vida melhor com nossa própria terra. O beneficiamento das castanhas nos deu renda”, afirma Raimundo Pereira, assentado e presidente da COPAC.

A Copac beneficia cinco toneladas de castanhas de caju por mês, deste total, Raimundo aponta que 70% da produção é comercializada no mercado nacional e o restante é exportado para a Itália. Ainda neste ano, a Copac pretende iniciar o beneficiamento do pedúnculo do caju para a fabricação de cajuína e polpa, visando aumentar o acesso ao mercado e a geração de outra perspectiva de ocupação e renda para as famílias.

Com o apoio da FETRAECE, que acompanha a luta dos trabalhadores(as) desde o início, foi conquistado, através do Projeto São José do Governo do Ceará, um novo trator que ajudará na ampliação do pomar.

Recentemente, foi implementada na cooperativa a energia fotovoltaica (energia solar) e já apresenta resultados com redução considerável no valor da conta de energia.

JANES P. SOUZA



COOPERATIVA GERA RENDA E INCENTIVA AGRICULTURA SINTRÓPICA

ARQUIVO PESSOAL



A Cooperativa de Produtores Agrícolas do Careiro (Coopac) foi fundada em 25 de outubro de 2009 por um grupo de agricultores e agricultoras familiares assentados(as) do Projeto de Assentamento Panelão, localizado no município de Careiro/AM. Uma das motivações do grupo foi a necessidade de criar um canal de comercialização para escoar os produtos produzidos pelas famílias assentadas e de congregar agricultores(as) familiares, pecuaristas e pescadores em sua área de ação, realizando ações de acordo com o interesse econômico dos mesmos.

A Coopac deu os primeiros passos com a parceria das Promotoras Legais Populares do Careiro (PLPs), que conduziu as famílias até a Casa do Rio. Depois de uma conversa foi firmada parceria para desenvolver os trabalhos cooperativos e sociais.

A cooperativa também vem procurando se adequar ao atual modelo de desenvolvimento da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), organização parceira da CONTAG, da Federação e dos Sindicatos, bem como construir uma estrutura que viabilize e garanta a valorização da produção das famílias. A Coopac

também entende que para avançar no fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária é preciso fazer um trabalho de articulação e proposição de políticas públicas estruturantes, como assistência técnica e social, garantia de crédito rural e de comercialização da produção agrícola, artesã, pesqueira, entre outras.

Hoje, a Coopac tem como ações o incentivo à agroecologia, que é uma atividade para mulheres e homens, jovens, adultos e terceira idade, fundamental para valorizar a renda familiar; e a agricultura sintrópica, que é um sistema de uso da terra que associa cultivos agrícolas com florestais, recupera os recursos ao invés de explorá-los e incorpora conceitos ecológicos ao manejo de agroecossistemas.

ASSENTADO(A) É AGRICULTOR(A) FAMILIAR?

Sim. O que define o agricultor familiar não é a forma de acesso à terra, mas outros fatores.

De acordo com a Lei 11.326/2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, são considerados agricultores familiares todos que atendam simultaneamente os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área superior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento.

Portanto, pequenos proprietários, assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), meeiros, o arrendatário, o parceiro, o posseiro, o comodatário, o usufrutuário, e assemelhados nessas condições são agricultores familiares.

CAMPO JOVEM: A LUTA PELA SUCESSÃO RURAL E SINDICAL

ARQUIVO FETAEP



Uma experiência que tem dado certo é o trabalho desenvolvido pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Paraná (FETAEP) com a juventude rural a partir do Programa Campo Jovem. O objetivo é despertar a família para o planejamento sucessório rural e sindical, levar informações sobre programas importantes, evidenciando que a vida no campo é possível sim.

Segundo a FETAEP, mais do que incentivar a sucessão rural no campo, é incentivada também a sucessão sindical. O programa aborda conteúdos desde as implicações legais, a compreensão do negócio da família, a construção da confiança entre as gerações, até a orientação para um plano de ação sucessório. Além dos debates teóricos, todos os eventos preveem visita técnica a alguma propriedade rural local que dialogue com o conteúdo trabalhado em sala de aula.

Por meio de casos reais, os(as) jovens podem ver o funcionamento de uma propriedade estruturada com o apoio dos Sindicatos e os rendimentos que ela pode trazer à família. Ou seja, a teoria sempre aliada à prática.

Há quatro anos participando mais ativamente do STTR de Cantagalo, **Tânia Jaqueline**

Lucca, está há dois envolvida mais diretamente com a coordenação de Jovens da Regional Centro Sul da FETAEP. Com 23 anos, a jovem reside com os pais, mas já deu os primeiros passos em busca de sua independência. Em 2015, comprou a sua propriedade em parceria com sua irmã. “Sempre quis trabalhar no sítio. É o que eu gosto de fazer. Não me vejo trabalhando em outro lugar”, diz.

Já o jovem **Zenilton Pereira Ortiz**, entrou em contato com o STTR de Ortigueira aos 16 anos por meio do Consórcio Social da Juventude Rural, convênio firmado entre a CONTAG e o governo federal. A partir daí interessou-se por entender melhor o funcionamento do MSTTR. Hoje, aos 27 anos, é suplente de Jovens da Regional Vale do Ivaí da FETAEP. “Sempre fui agricultor e trabalhava na propriedade dos meus pais. Me formei como técnico de agroecologia, mas quando era mais jovem não conhecia as possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico no campo”, conta.

ARQUIVO FETAEP





VENDA PARA O PAA GARANTE RENDA PARA ASSENTADOS(AS)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, é uma ação do governo federal voltada ao enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, além de ser uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar.

Nos programas de compras governamentais, a exemplo do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), é priorizada a aquisição direta de produtos de agricultores(as) familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

O assentado Edimilson Oliveira Matos, do Projeto de As-

sentamento Travessia, localizado no município de Nova Venécia/ES, comercializa parte da produção para o PAA. O fato de o assentado ter investido na diversificação de culturas contribuiu para que conseguisse se inscrever no programa e dar conta de fornecer os produtos. “A venda para o PAA é outra fonte de renda para as famílias envolvidas no programa”, disse o assentado.

O P.A. Travessia possui 21 famílias assentadas, todas possuem moradia, energia e garantem uma produção agrícola diversificada, como **lavouras brancas**, café, pisci-

cultura, pimenta do reino, pecuária, entre outras.

A criação da associação do assentamento também veio para ajudar na organização e na infraestrutura disponível para as famílias assentadas. Desde a sua criação, foi adquirido, via emenda parlamentar, máquina de beneficiamento e secador de café, caminhão e trator.

Segundo a assentada Derly Selia Gazzoli, as famílias conseguiram avançar bastante na produção com a ajuda da associação. “Através da associação conseguimos os implementos, garantindo também economia para todos, pois os associados conseguem trabalhar com preços subsidiados”, explicou.

O QUE É LAVOURA BRANCA?

Lavoura que não é perene, precisa ser plantada todos os anos.

AGRICULTORAS VENDEM ORGÂNICOS POR APLICATIVO DE MENSAGENS

A troca de mensagens instantâneas pelo celular passou a ser uma importante ferramenta de comercialização para oito famílias de trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento Lagoa Seca, no município de Barro Alto/GO.

Há quase dois anos, agricultoras familiares assentadas fornecem alimentos produzidos em suas propriedades por meio de pedidos feitos pelo aplicativo WhatsApp. O grupo já tem cerca de 200 inscritos.

No domingo, as assentadas oferecem seus produtos, que variam entre hortaliças e frutas orgânicas, mel, ovos, frango, entre outros. Na segunda-feira, são contabilizados os pedidos, separados de acordo com a necessidade e quantidade demandada, formando cestas de alimentos. Na terça-feira pela manhã, os pedidos são levados até a casa dos compradores. Outro atrativo das produtoras do Lagoa Seca é o fato de a produção ser orgânica.

Além das entregas para o grupo do WhatsApp, as agricultoras comercializam também na feira em Barro Alto e no povoado de Verdelandia, entregando aos clientes hortaliças, verduras, leite, ovos e frango caipira.

DIVULGAÇÃO



O Assentamento Lagoa Seca está distante cerca de 220 quilômetros de Goiânia, na região central de Goiás, no Vale do São Patrício. Tem 27 famílias de trabalhadores rurais assentadas

que se dedicam, principalmente, à criação de gado leiteiro. Ao todo, o município conta com três áreas da reforma agrária e uma população de aproximadamente 80 famílias assentadas.

FICA A DICA:

O uso de concentrados de minerais e vitaminas (farelos, pó de folhas, pó de sementes, pó de casca de ovo) em doses mínimas, mas constantes, acrescidos à nossa alimentação tradicional, fornece nutrientes que são indispensáveis para promover o crescimento dentro e fora do útero, aumentar a resistência a infecções, prevenir e curar a anemia nutricional e manter a saúde.

MORTALIDADE DE ANIMAIS DIMINUI COM ORIENTAÇÃO TÉCNICA

ARQUIVO FETAPE



ta, reduzindo o índice de morte dos animais com as seguintes prevenções: vacinação, vermifugação, estratégias, separando o reprodutor das suas filhas para não haver consanguinidade, e realizando a desinfecção das instalações. Para não perdemos os animais na seca, nos ensinaram uma técnica de armazenamento de forragem, assim diminuindo a compra de farelos e reduzindo o custo de produção”, avaliou positivamente o assentado.

Roberval revelou que já está aumentando o rebanho de caprinos e elevando a qualidade para o consumidor. “As mudanças foram significativas e empreendedoras. Vou conseguir aumentar a minha produção de caprinos, diminuir os custos para produzi-los e, com isso, aumentar meus lucros, proporcionando qualidade de vida a minha família. Além de me orientarem no cuidado com os meus caprinos, os profissionais capacitados da Ater também monitoram o trabalho desenvolvido pelos demais assentados assentamento.”

O assentado Roberval Torres de Andrade, do Projeto de Assentamento Mulungú, em Ibimirim/PE, enfrentou grandes dificuldades logo que foi assentado e começou a criar caprinos. Segundo Roberval, os animais ficavam sempre doentes, morriam, outros nasciam com deficiência, na época da seca muitos morriam de fome, ou seja, teve muito prejuízo.

A assistência técnica veio para diminuir a mortalidade dos animais e ensinar como prevenir a morte durante o período de seca através de armazenamento de forragem em silos.

Dessa maneira, o assentado percebeu que a informação técnica é essencial para a melhoria da produção e aumento da renda. “Com a Ater, tivemos oportunidade de cursos e capacitações ensinando de maneira corre-

DICAS PARA UMA GRAVIDEZ SAUDÁVEL

- Andar muito, sem pressa;
- Descansar mais e, de preferência, deitada do lado esquerdo, com um travesseiro entre as pernas;
- Ficar de cócoras ou sentar no chão sempre que puder;
- Comer mais frutas, legumes e verduras cruas;

Para o sucesso do parto, a mulher deve:

- Procurar fazer um bom pré-natal;
- Procurar a companhia de pessoas positivas, que ajudam e encorajam a mulher.

ASSENTADA REALIZA SONHO DE TER TERRA E CASA DIGNA

ARQUIVO FETAG-PI



dução é irrigada e é destinada para o sustento da família e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), gerando boa renda para a assentada. “Ser assentada transformou a minha vida e da minha família. Conseguimos garantir uma casa própria, o trabalho conjunto com a família e de forma coletiva com as demais famílias assentadas, além de acesso à energia elétrica e água”, comemora Maria Leidinê.

O processo de desapropriação e criação do assentamento pelo Incra foi acompanhado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de José de Freitas e pela FETAG-PI. Antes da construção das atuais moradias, finalizadas em 2005, as casas dos(as) assentados(as) eram feitas de palha.

O direito à moradia digna no campo é uma política estratégica defendida pela CONTAG, Federações e Sindicatos filiados.

Com a concretização do sonho de adquirir um pedaço de terra para morar e produzir alimentos, a assentada Maria Leidinê Sousa Rocha, solteira, mãe de dois filhos, realizou outro sonho que era ter uma moradia digna. Além de Maria Leidinê, o Projeto de Assentamento Fazenda

Tinguis, localizado em José de Freitas/PI, tem mais 19 famílias assentadas na área.

A maioria das famílias já morava na área quando foi desapropriada pelo Incra. Hoje, planta arroz, feijão, milho, caju, manga, siriguela e banana, além de criar gado, ovelha, galinha e porco na área coletiva. A pro-

VOCÊ SABIA?

Lavanda: é calmante, excelente para melhorar a qualidade do sono. Pode ser usada no chá ou no banho.

Camomila: sua principal função é ser digestiva, mas também tem propriedades calmantes e é anti-inflamatória.

Calêndula: calmante, adstringente, bactericida e antifungo. O chá acalma e combate fungos. Na forma de banho ou extrato, é bom para a pele e cabelo.

Manjeriço: digestivo e bom para a circulação. Pode ser tomado em forma de chá ou escalda-pés. Tira o peso das pernas e diminui a dor nos pés.

FAMÍLIA ASSENTADA INVESTE EM MAQUINÁRIOS

ARQUIVO FETAG-RS



Quem for conhecer hoje o Projeto de Assentamento Corticeira, em Boa Vista do Inca/RS, não imagina os desafios enfrentados pelas famílias assentadas até conseguirem se consolidar na área. Foi uma batalha até conseguir a regularização e, assim, acessar crédito para investir na propriedade e na produção agrícola.

No primeiro ano na área, entre 1988 e 1989, as 36 famílias assentadas moraram em barracos, sem luz, sem estrada e sem água encanada. Depois, conseguiram energia elétrica, uma escola estadual que funciona até os dias atuais, rede de água e poço artesiano pra toda a comunidade. Aguielo Dreher, um dos agricultores assentados, conta que foram momentos difíceis, mas já superados. Hoje, as famílias estão estruturadas com casas, galpões, maquinários, gado de leite e outros.

“Somos realmente agricultores com raízes, com vontade de trabalhar, olhando para o crescimento na propriedade, acessando

crédito para continuar investindo. Com a titulação, trouxe mais segurança e facilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ao Pronaf Mais Alimentos, que foi um programa benéfico para podermos adquirir os maquinários”, destaca Aguielo.

“Sempre incentivei meus filhos a permanecerem na terra, trabalhando na produção familiar e investindo na aquisição de máquinas agrícolas. Com isso, houve um desenvolvimento maior na nossa propriedade facilitando o pagamento dos investimentos e, com isso, nos consideramos realizados e queremos continuar avançando”, completa o assentado.

Aguielo sonha com a criação de novos programas e políticas que facilitem o assentamento de jovens filhos de agricultores, que realmente queiram ficar no campo, produzindo alimentos e trazendo o desenvolvimento para toda a região.

BENEFÍCIOS DO ALECRIM

Serve para o tratamento de depressão leve, fadiga, dor de cabeça, enxaqueca, má digestão, gases, tosse, sinusite, bronquite, problemas de concentração, fortalece a memória, gastrite, úlcera estomacal, artrite, artrose, reumatismo, cistite, menstruação irregular, cólica menstrual e TPM.

PEIXES E ALEVINOS GARANTEM SUCESSO DE EMPREENDEDIMENTO FAMILIAR

No município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, situa-se o Projeto de Assentamento Entroncamento, criado em 1993. Até a sua criação, os(as) agricultores(as) familiares da região enfrentaram muitas dificuldades na luta pela terra, a exemplo de ameaças e destruição de casas por grileiros e a falta de assistência técnica para produção.

Atualmente, com o P.A. estabelecido, uma família de assentados realiza uma experiência bem sucedida de empreendedorismo na produção de alevinos e piscicultura.

A Piscicultura Fazenda Nova foi criada há 12 anos pelo agricultor familiar Benedito Carvalho do Livramento Barbosa. Seu Tabico, como é conhecido na região, iniciou o trabalho neste ramo comprando os alevinos e fazendo a engorda, para então comercializar os peixes adultos.

Hoje, através de pesquisa e estudo autodidata, seu Tabico, apoiado pelos filhos José Benedito e Carlos Maurício, realiza em sua propriedade desde a reprodução dos peixes até a produção dos alevinos,

engorda dos peixes e a sua comercialização.

O filho do seu Tabico conta, ainda, que o apoio do STTR de Itapecuru, da FETAEMA e da CONTAG foi fundamental para conseguirem assistência técnica voltada para a gestão. “Fizemos um curso oferecido na região pelo Senar, com o apoio do Sistema CONTAG, que nos deu outra visão de gestão do negócio, que nos permitiu sair da simples subsistência para a comercialização para vários municípios do Maranhão e do Piauí”, comemora José Benedito.

Dentre os peixes que produzem, estão as espécies Curimatá, Piau-Açu, Matrinxã, Pintado, Tilápia e Tambatinga, esta última é uma espécie criada através de cruzamentos feitos na própria Piscicultura Fazenda Nova.

Além de ser modelo de empreendedorismo, a história da família de piscicultores é um importante exemplo de sucessão rural, já que o empreendimento de seu Tabico hoje tem o trabalho direto de seus dois filhos, garantindo, assim, o sustento de todo o grupo familiar.

MARCOS ARANHA



CRIAÇÃO DE ABELHAS MUDA REALIDADE DE ASSENTAMENTO

ARQUIVO FETARN



tercâmbios, passou a participar de congressos, feiras municipais, estaduais e nacional de apicultura. Também conquistou a reforma da casa de mel, o projeto entreposto de mel e, hoje, avançou para a **Casa de Extração e Beneficiamento de Mel com certificação**.

Para Francisco Evanildo Costa de Melo, um dos assentados, mesmo com tantas dificuldades e desafios enfrentados, os(as) jovens uniram a comunidade, principalmente quanto à associação, e as abelhas ensinaram a viverem melhor em família e comunitariamente. “O projeto de Apicultura proporcionou uma transformação espetacular quanto à convivência com o ambiente, meio ambiente e com o semiárido. Na verdade, trabalhar a Apicultura profissional é respeitar, em primeiro lugar, a natureza em todos os aspectos, desde o cultivo da terra à sua preservação permanente, é amar e preservar a vida. Também nos deu e nos dá muitos conhecimentos, mais união e cooperativismo entre as famílias, mais renda e menos custo para produção de mel”, avaliou o assentado.

A Apicultura (criação de abelhas) foi importante no sucesso das 31 famílias do Projeto de Assentamento Santa Agostinha, em Caraúbas/RN. A área fica localizada em um terreno arenoso com vegetação inteiramente de caatinga, de difícil acesso à água potável. Desde que foram assentadas, em 1996, até o ano 2000, para conseguir água de qualidade para o consumo humano as famílias precisavam caminhar quase cinco quilômetros.

A situação melhorou quando alguns programas estratégicos chegaram ao assentamento e diminuíram as dificuldades de acesso à água, como a construção de cisterna coletiva, depois

com as cisternas residenciais de 16 mil litros de água pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), com o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), as cisternas de 52 mil litros e barreiros-trincheiras.

Quanto à produção, foi a Apicultura que fez o P.A. se desenvolver rapidamente. Tudo começou em 2002, com a criação do Grupo de Jovens do Assentamento Santa Agostinha (Grujasa).

Um ano após a sua criação, o grupo conseguiu assistência técnica financiada pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). Ao longo dos anos, o Grujasa foi contemplado com uma Unidade Demonstrativa de Apicultura, com capacitações, cursos, in-

ASSENTADO SENTE-SE REALIZADO COM VENDA DE FARINHA TEMPERADA

Quando foi assentado, o agricultor familiar Artur Ferreira Lima imaginou que seria mais fácil cuidar da própria terra. No entanto, foi grande a luta até conseguir a infraestrutura básica para manter a família sobrevivendo no assentamento até sair o título da terra.

Assentado no Projeto de Assentamento Campo Belo, em Campina Verde/MG, aos poucos foi diversificando sua produção. “Com muito trabalho montei uma fábrica de farinha. Mesmo enfrentando muitas barreiras, fui organizando a documentação até conseguir vender a farinha temperada”, explicou Artur.

O assentado assumiu que está realizado com o seu empreendimento. “Hoje me sinto realizado! Tenho minha fábrica montada, toda a documentação em dia, os produtos são bem aceitos no mercado. Trabalho e administro o empreendimento com minha família, tanto a pro-

ARQUIVO PESSOAL



dução quanto a venda. E toda produção é nossa”, descreveu com orgulho. A comercialização da farinha temperada é feita em vários estados brasileiros e até fora do Brasil.

Artur disse, ainda, que essa experiência tem transformado a vida da sua família. “É muito importante ser dono do próprio negócio. A fábrica de farinha trouxe qualidade de vida para a minha família. E fico grato por ver o meu trabalho publicado na revista, mostrar que a minha experiência de produção deu

certo, principalmente quando se fala de produção num Projeto de Assentamento de Reforma Agrária”, destacou o assentado.

ARQUIVO PESSOAL



CHÁ DE AROEIRA

O chá de aroeira é indicado para o tratamento de corrimento vaginal.

Ingredientes

100 g de casca de aroeira

1 litro de água

Modo de preparo:

Coloque a água para ferver e acrescente as cascas de aroeira. Deixe ferver por cerca de dez minutos e consuma ainda morno.

MODALIDADES DE CRÉDITO PARA OS ASSENTADOS(AS) DA REFORMA AGRÁRIA

Os beneficiários e beneficiárias da reforma agrária têm o direito de acessar linhas de crédito que permitem a sua instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes. Os Créditos Instalação são a primeira etapa de financiamento garantido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) às famílias. Atualmente, esses créditos estão regulamentados pelo Decreto 9.424, de 26 de junho de 2018, que define as modalidades, os critérios para o acesso e os respectivos valores.

É importante frisar que todos esses créditos são reembolsáveis, ou seja, o trabalhador e a trabalhadora devem pagar pelos créditos recebidos. As condições e prazos variam de acordo com o crédito recebido e o rebate pode chegar a até 96% (noventa e seis por cento) do valor, caso o pagamento seja feito até a data do vencimento.

UBIRAJARA MACHADO



O Decreto 9.424/2018, que tem as regras para acessar esses créditos, está disponível no site da CONTAG, no endereço <https://bit.ly/2YltFao>. Organize sua comunidade, procure o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do seu município e reivindique o seu direito junto à Superintendência Regional do Incra ou nas suas respectivas Unidades Avançadas.

Ao todo, estão disponíveis para os assentados e assentadas nove modalidades de crédito. Em alguns casos, a família pode receber mais de uma modalidade. Algumas linhas do Crédito de Instalação do Incra não poderão ser concedidas caso o trabalhador ou trabalhadora tiver acessado o Pronaf e/ou Procerá.

Vamos conhecer um pouco sobre cada modalidade de crédito disponível para as famílias assentadas da reforma agrária. O pagamento desses créditos é de responsabilidade direta do Incra.

- **Apoio inicial** – destinado para apoiar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Valor de até R\$ 5,2 mil (cinco mil e duzentos reais);
- **Fomento** – para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda. Valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais);
- **Fomento Mulher** – para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. Valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais);

UBIRAJARA MACHADO



- **Semiárido** – para atender a necessidade de segurança hídrica nos assentamentos localizados nas áreas circunscritas ao Semiárido, reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais);

ELIAS BORGES



- **Florestal** – para viabilizar a implantação e a manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e de área de reserva legal com vegetação nativa igual ou superior ao estabelecido pela legislação ambiental, nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais);
- **Recuperação ambiental** – para viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais ou o manejo florestal de lotes, de área de reserva legal e área de preservação permanente, degradados até 25 de maio de 2012, referentes a assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais);
- **Cacau** – para viabilizar a implantação e a recuperação de cultivos de cacau, em sistema agroflorestal, no valor de até R\$ 6 mil (seis mil reais);
- **Habitacional** – para viabilizar a construção de habitação rural nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 34 mil (trinta e quatro mil reais);
- **Reforma habitacional** – para viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem utilizados na reforma e na ampliação de habitações rurais em assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 17 mil (dezesete mil reais).

ARQUIVO CONTAG





Além dos Créditos de Instalação de responsabilidade direta do Incra, há também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que disponibiliza diferentes linhas de crédito a assentados(as) da reforma agrária.

O Pronaf A, por exemplo, financia atividades agropecuárias e não agropecuárias, e o Pronaf A/C é destinado ao custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção. Há também linhas de crédito para públicos e atividades específicas, como o Pronaf Semiárido, o Pronaf Mulher, Jovem, Agroecologia, Agroindústria, Floresta, Mais Alimentos e Eco.

Há programas de compras públicas que podem fortalecer a atividade produtiva dos assentados e assentadas da reforma agrária, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Para acessar o Pronaf e os programas de compras públicas, é necessária a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que, para assentados e as-

sentadas e beneficiários(as) da reforma agrária, é emitido pelo Incra, com exceção de Minas Gerais e Rondônia, onde os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais também emitem por ter sido celebrado convênio entre as respectivas federações e o órgão responsável que autoriza a emissão pelas entidades sindicais.

Apesar de estar garantido em lei, nem sempre o direito a essas políticas é assegurado e muitas famílias esperam por anos para conseguir acessar (e muita vezes nem conseguem). Mas, uma coisa é certa, todas elas foram conquistadas através de muita luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e podemos destacar a realização do Grito da Terra Brasil, realizado desde o ano de 1995, e que se transformou em um importante instrumento de proposição e negociação de políticas públicas para a categoria trabalhadora rural, por isso, é muito importante o fortalecimento das nossas entidades sindicais. Muitas conquistas também são resultado de outras ações de massa realizadas pelo Sistema Confederativo CONTAG, a exemplo da Marcha das Margaridas e do Festival da Juventude Rural.



MULHERES ASSENTADAS NA LUTA PELA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Falar de agroecologia é falar de um modelo sustentável de desenvolvimento que se caracteriza por um modo próprio de produzir que garante renda às famílias agricultoras relações respeitosas e igualitárias entre as pessoas e delas com a natureza. A agroecologia se propõe a respeitar a diversidade das tradições, culturas, saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens e direitos comuns.

A reforma agrária é fundamental para assegurar a produção agroecológica, pois possibilita o acesso à terra e aos demais meios de produção. Além disso, é necessário garantir os direitos territoriais e de gestão dos bens da natureza; preservar o direito aos territórios tradicionais; e dar acesso à água limpa e livre de contaminações, em

quantidade suficiente para o consumo humano e para a produção de alimentos.

O Estado tem papel fundamental no processo de transição agroecológica, através de elaboração e implementação de políticas públicas que fortaleçam e incentivem a produção, beneficiamento e comercialização. O Movimento Sindical tem apresentado propostas que estimulam essa transição, como: realização de estudos e pesquisas; créditos diferenciados para produção de base agroecológica; ampliação de benefícios fiscais e tributários; estímulos de diferentes formas de acesso ao mercado, com garantia de preços diferenciados, por exemplo, nas compras públicas, feiras, e; assistência técnica e extensão rural (Ater) que divulga técnicas agroecológicas.

Vários estudos e pesquisas têm destacado a enorme contribuição que as mulheres trabalhadoras rurais têm dado para a produção de alimentos saudáveis, geralmente a partir de práticas agroecológicas. Entretanto, essa produção muitas vezes não é considerada, principalmente por ser consumida pela própria família ou vendida em pequenas quantidades nas comunidades e/ou feiras locais. Essa percepção precisa ser superada, pois há várias experiências em todo o País que demonstram a viabilidade econômica da produção agroecológica. Por isso, é necessária a implementação de políticas de inclusão produtiva com geração de renda e o fortalecimento de outras, como crédito e assistência técnica, que assegurem a transição, em longo prazo, para as práticas agroecológicas e demais formas produtivas sustentáveis.

Em 2018, a CONTAG, através da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares, publicou uma cartilha com experiências de produção agroecológica a partir da organização das mulheres agricultoras. Apresentaremos, abaixo, duas experiências.

AS MULHERES NA TERRA E A AGROECOLOGIA NA VIDA DAS MULHERES - A Secretaria

de Mulheres da CONTAG realizou um mapeamento das experiências agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta. Dentre as 62 experiências mapeadas, há um acampamento, 18 projetos de assentamento, dois projetos de assentamentos extrativistas e três comunidades quilombolas, o que no conjunto representa 38,7% do total das experiências mapeadas. Isso deixa evidente que o direito à terra e ao território é condição para a agroecologia.

A plataforma política da Marcha das Margaridas 2019 mantém expressa essa condição, por



meio do eixo Por terra, água e agroecologia, procurando desse modo articular reivindicações históricas pela reforma agrária e acesso à água, com a luta pela agroecologia na construção de um Brasil soberano, democrático, justo, igualitário e livre de violência, valores expressos no seu lema.

As práticas e saberes agroecológicos descobertas pelas experiências mapeadas foram desenvolvidas pelas mulheres. Em uma delas, **Dona Ana, do P.A. 10 de Abril**, revela uma longa trajetória de luta pela terra para conquistar o primeiro assentamento de reforma agrária no território do



Cariri/CE. No que diz respeito às práticas agroecológicas, Dona Ana conta que, no início, houve resistência por parte de muitos homens, que não acreditavam na viabilidade da agroecologia. Em relação ao seu marido, enfrentava, além desse tipo de descrédito, a resistência às suas saídas para participar de atividades relacionadas à produção. Atualmente, o marido apoia seu trabalho, que é amplamente reconhecido, inclusive, várias famílias já aderiram à agroecologia no assentamento. O apoio permanente do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETRAECE) são destacados como essencial em sua trajetória de trabalho e organização. Em atividades e eventos relacionados à agroecologia que participa, ela observa a grande presença das mulheres, o que para ela confirma o quanto a agroecologia é importante e faz parte da vida das mulheres.

O Projeto de Assentamento Nova Baixa Verde, no território Baixo Acre, em Rio Branco, conquistado com muita luta e resistência frente aos ataques de grandes fazendeiros e grileiros de terras, também indica o quanto o acesso

à terra é condição fundamental para a construção da agroecologia. A experiência relatada por Fátima Maciel, assentada e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Branco, apresenta um histórico de muitas ameaças e discriminação, principalmente por se tratar de uma liderança mulher, separada do marido. No início do assentamento, a terra estava devastada pelo desmatamento e grandes pastagens. Com organização e muito trabalho, as assentadas (e assentados) recuperaram nascentes, reflorestaram e implantaram sistemas agroflorestais. A área, antes degradada, teve sua biodiversidade restaurada e se tornou possível a produção agroextrativista. O cultivo diversificado é conjugado com a extração de castanha e frutas nativas. As plantas medicinais são cultivadas e largamente utilizadas pela comunidade. Apesar da ameaça permanente de contaminação pela pulverização de agrotóxicos nas fazendas próximas ao assentamento, a resistência e a luta em defesa do agroecossistema permanecem vivas.

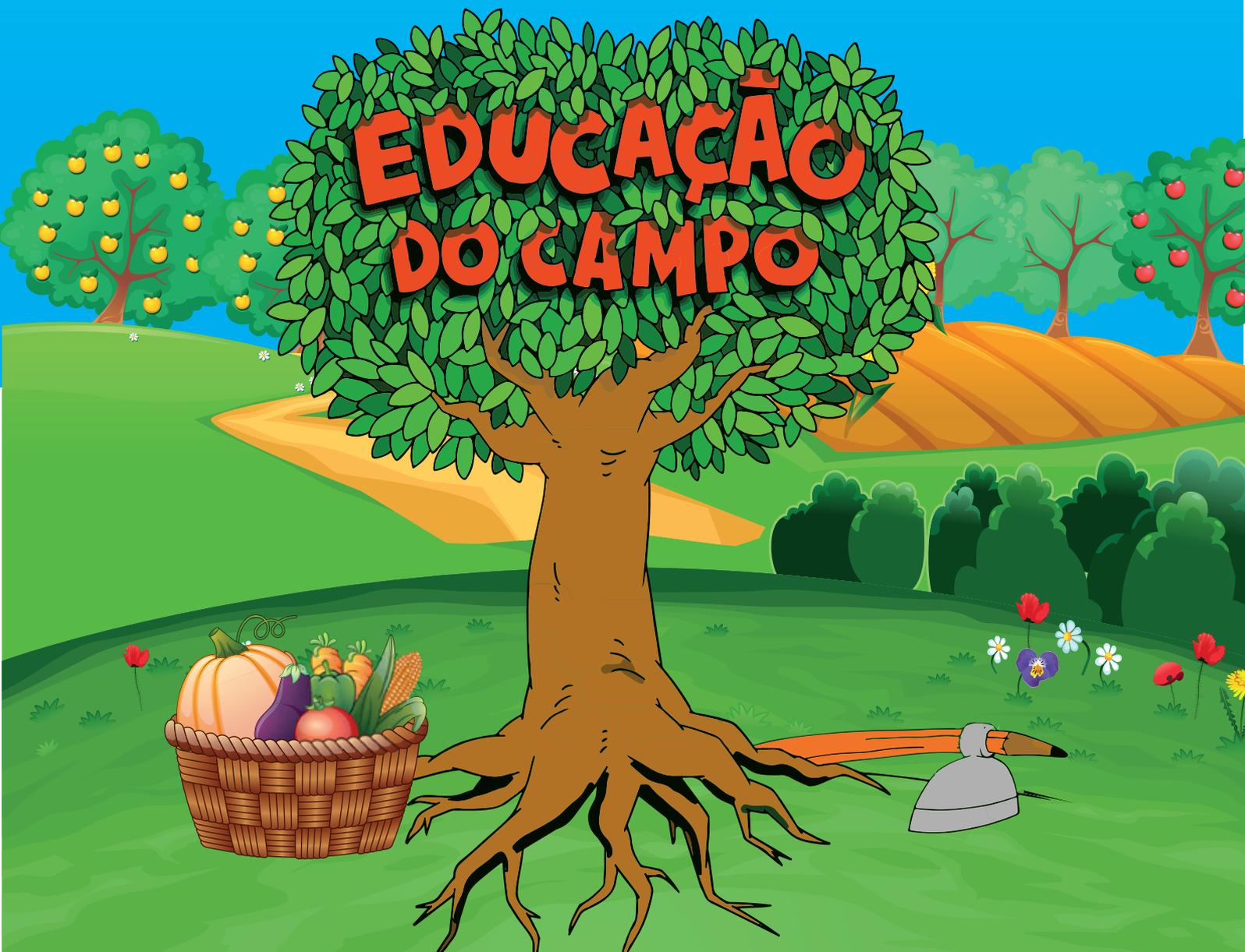
Estas são apenas duas de tantas outras experiências que deixam claro o envolvimento das mulheres sindicalistas com as experiências, e o compromisso dos sindicatos com os processos de transição agroecológica. Mas, sobretudo, elas revelam a relação entre a terra e a agroecologia, mostrando como as trajetórias de resistência e luta das mulheres pelo direito à terra e ao território, e a outros bens comuns, integram a história e o contexto de grande parte dessas experiências, que convergem para reforçar a importância estrutural da terra e do firme investimento nos processos de transição agroecológica para a concretização do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) defendido pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais representado pela CONTAG.

CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

A Educação do Campo é um conceito criado há 21 anos. Tem suas raízes nos princípios da educação popular e, a partir da garantia da educação como um direito, os movimentos sociais e sindicais iniciaram uma luta por esta modalidade de educação, tendo como referência a preparação do documento base da I Conferência de Educação do Campo, concluído em 1998, e da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em julho de 2014. A II Conferência trouxe como lema “Edu-

cação do Campo: direito nosso, dever do Estado e “expressou o entendimento comum possível: a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o estado deve ser pressionado para formular políticas que garantam massivamente, levando à universalização real e não apenas princípio abstrato” (Dicionário Educação do Campo, 2012, p.262).

Parte do pressuposto que não há educação do campo sem o desenvolvimento de um con-



junto de ações articuladas voltadas para a classe trabalhadora do campo. Desta forma, precisa considerar a organização dos sujeitos coletivos na luta pela garantia de direitos; a promoção do debate permanente sobre a importância do rural no desenvolvimento nacional; a definição de estratégias voltadas para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras na luta pela reforma agrária; a valorização do campo como modo de vida, onde as pessoas produzem e reproduzem sua existência, reconhecendo a diversidade dos sujeitos sociais que nele habitam; a luta pela agroecologia como opção política e um projeto de produção de alimentos em bases sustentáveis, justas e solidárias; e a participação efetiva dos movimentos sociais nos espaços de controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural.

A Educação do Campo é entendida como uma prática cultural que se relaciona com a identidade das comunidades onde as escolas estão inseridas e com o contexto da sociedade. Os processos formativos são ligados aos espaços geográficos em que se localiza. Segundo Koliing, Ceriole e Caldart, “a Educação do Campo precisa acontecer no campo, à escola deve estar próxima aos sujeitos com suas raízes, culturas e tradições, porque o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive”. E mais, precisa ser do campo, como destaca o Dicionário Educação do Campo: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais, assumida na perspectiva de continuação da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal, que não deve ser tratada nem como serviço, nem como política compensatória e muito menos como mercadoria”.

O projeto educativo da Educação do Campo tem uma posição clara de construção de um projeto alternativo para o meio rural em contraponto ao modelo defendido e implantado pelo

agronegócio. Neste sentido, a luta pela reforma agrária é uma bandeira permanente do movimento da educação do campo. Terra sem reforma agrária é terra sem gente, e lugar sem gente é lugar sem escola.

Um das articulações mais emblemáticas da relação Educação do Campo e Reforma Agrária é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Este programa tem vários componentes que caracterizam de forma prática a Educação do Campo, a saber: a) a articu-

DIVULGAÇÃO



lação entre Estado e sociedade civil através da constituição da Comissão Pedagógica Nacional (CPN). Esta comissão é integrada por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), representantes dos movimentos sociais e Instituições Públicas de Ensino Público de diversos cantos do nosso país. A CPN foi se consolidando como o tripé na gestão e no controle social do Pronera; b) a elaboração dos projetos pelas universidades formaram vários cidadãos e cidadãs conscientes



e críticos sobre o papel que venham a desempenhar no campo profissional, comunitário e na sociedade; c) na execução dos cursos, o projeto político pedagógico é voltado para a formação humana e profissional; d) a realização de místicas contextualizadas aos conteúdos programáticos de cada curso e definição de tempo escola e tempo comunidade, com tarefas bem definidas às duas modalidades.

Tudo isso fez com que nas duas décadas de existência do Pronera, de acordo com os dados oficiais do Incra, o programa formou cerca de 20 mil pessoas. Atualmente, têm 3.741 estudando, sendo 140 na educação de jovens e adultos; 617 no ensino médio técnico-profissionalizante; 1.357 no ensino superior; 100 em pós-graduação (especialização) e 1.527 no Residência Agrária Jovem. Tudo isso só foi possível graças ao tripé na gestão do Pronera (Instituições Públicas de Ensino, Movimentos Sociais e Incra). Ressalta-se que, deste total, o movimento sindical (Sistema Confederativo CONTAG) apresentou uma demanda de 2007 projetos no período de 1998 a 2011. É importante destacar que a maioria dos estudantes do Sistema Confederativo CONTAG, após a conclusão dos cursos, voltou a atuar no movimento, ora prestando serviço às instituições que compõem o Sistema, ora em suas próprias comunidades.

O contexto atual no Brasil é difícil, principalmente para aqueles que acreditam ser possível construir um mundo melhor, mais justo e solidário, mas não percamos a esperança. Paulo Freire em sua obra “Pedagogia da Esperança” dizia: “não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico. Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança”.

COMO ESTÁ ORGANIZADO O SISTEMA CONFEDERATIVO CONTAG PARA A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA?

CÉSAR RAMOS



interesse dos(as) trabalhadores(as) rurais, como é o caso da Secretaria de Política Agrária.

- **COLETIVO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA** - O Coletivo Nacional de Política Agrária é formado pelos(as) secretários(as) de Política Agrária de todas as Federações filiadas e da CONTAG, e reúnem-se, pelo menos, duas vezes ao ano.

Em um país de dimensões continentais e de realidades tão diversas como é o Brasil, é desafiador organizar ações conjuntas, e as reuniões do Coletivo Nacional são importantes para avaliar e planejar as ações para a reforma agrária em todo o território brasileiro, além de elaborar propostas de políticas públicas que tenham alcance nacional. Durante as reuniões são debatidos temas como: políticas de obtenção de terras para criação de projetos de assentamentos, políticas de desenvolvimento das áreas, violência no campo, regularização fundiária, entre outros assuntos pertinentes à política agrária brasileira.

Somos uma grande rede e cada um(a) tem papel fundamental na luta pela reforma agrária. Não existe mais ou menos importante, o que importa é a unidade e o trabalho em conjunto.

A reforma agrária é uma pauta que envolve todo o Sistema Confederativo CONTAG (CONTAG, Federações e Sindicatos) e cada entidade tem responsabilidades que se complementam nessa luta. Cada organização tem sua autonomia, mas se articulam em uma grande rede em todo o País.

- **SINDICATOS** - É a organização que está mais perto dos(as) assentados(as) e daqueles que ainda estão na luta pela reforma agrária. É o STTR quem primeiro recebe as demandas dos(as) trabalhadores(as) e quem tem sua representação legal. Muitas demandas das famílias assentadas são de responsabilidade dos poderes municipais e os Sindicatos são uma importante ferramenta para cobrar os direitos das famílias (saúde, educação, infraestrutura, entre outras).

- **FEDERAÇÕES** - Os Sindicatos de cada estado formam as Federações. As Federações articulam os STTRs e negociam as demandas específicas dos(as) trabalhadores(as) de cada estado que são de responsabilidade dos poderes estaduais e/ou de órgãos dos governos federais nos respectivos estados.

- **CONFEDERAÇÃO** - A Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) é formada por 27 Federações filiadas e articula as pautas comuns dos(as) trabalhadores(as) em todo o País.

Muitas entidades que compõem o Sistema Confederativo CONTAG são organizadas por Secretarias específicas para facilitar a atuação das mesmas no dia a dia, focando o trabalho nas principais áreas e políticas de

>> GALERIA DE IMAGENS E MAIS EXPERIÊNCIAS <<

ARQUIVO PESSOAL



AMAZONAS

Produção de Hortaliças com sistema de Hidroponia no Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Curupira, localizado em Nova Olinda do Norte, a 126 quilômetros de Manaus/AM, na calha do Rio Madeira, com mais de 200 agricultores e agricultoras familiares assentados(as).

DIVULGAÇÃO



BAHIA

O Projeto de Assentamento (P.A.) Etevaldo Barreto Pelé, localizado no município de Ibicaraí, no sul da Bahia, apostou no potencial do cacau ao criar a fábrica de chocolate da agricultura familiar, a Bahia Cacau. A fábrica tem uma produção de 600 quilos de chocolate/mês.

JANES P. SOUZA



CEARÁ

A acerola orgânica e com certificação garante renda fixa aos assentados e assentadas do P.A. Val Paraíso, em Tianguá/CE. Uma empresa americana firmou contrato com o assentamento para a compra de 100% da produção.

ARQUIVO STTR PANCAS



ESPÍRITO SANTO

Gervásio Pereira Dourado, assentado do Projeto de Assentamento Geraldo Sperandio, em Pancas/ES, realizou o sonho de ter a própria terra, de investir em uma produção diversificada e de manter toda a família no campo com qualidade de vida.

ARQUIVO FETAEG



GOIÁS

Apesar de poucas chuvas, o assentado Valdinei Pereira acreditou, plantou e colheu arroz agulhinha em uma área de menos de um hectare em seu sítio “Poços D’Água”, no Assentamento Poções, em Ceres/GO. A plantação rendeu cerca de 30 sacos de arroz, de 60 kg cada saco.

MARANHÃO

No Projeto de Assentamento Estadual Santa Rita, situado em Paulino Neves/MA, as mulheres começam a produzir desde jovens artesanatos com fibras de Buriti, Buritirana, Taboa, Tucum, Dendê, dentre outras, muito ricas nesta região. Uma das peças produzidas é a esteira, que lá chamam de tapete.

MARCOS ARANHA



ARQUIVO STTR CAMPO VERDE



MATO GROSSO

O assentado Moacir José Bertussi, do Projeto de Assentamento Taperinha, em Campo Verde/MT, conta com orgulho que está conseguindo vencer e ter renda suficiente para dar qualidade de vida a toda família. Em seu lote cria galinha caipira, suínos e vacas leiteiras.

MINAS GERAIS

O agricultor Ronaldo Brito dos Santos, do Assentamento Divisa, em Ituiutaba (MG), agora reúne condições de dar a sua família a vida digna que sonhava. Acessou o Pronaf, comprou gado de leite, tanque de resfriamento, ordenhadeira, melhorou a genética das vacas e a qualidade do leite. Hoje, produz aproximadamente 1000 litros/dia. Também investiu em energia solar, contribuindo com o meio ambiente, gerando economia na conta de energia e renda com o excedente que é produzido.

RONALDO BRITO DOS SANTOS



ARQUIVO FETAGRI-PA



PARÁ

Os(as) assentados(as) do Projeto de Assentamento Arraiaporã, em Redenção/PA, produzem leite, ovos caipiras, criam porcos e bezerros. Uma das atividades que tem contribuído para aumentar a renda de algumas famílias é a alevinocultura, com criação de Tambaqui e Caranha.

PARAÍBA

A construção de dessalinizadores de baixo custo, desenvolvidos a partir da captação de energia solar, tem permitido que assentados(as) do semiárido paraibano vivam bem, com água potável. O projeto, que é coordenado por um professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), está em fase de experiência em alguns assentamentos do estado.

ARQUIVO FETAG-PB



ARQUIVO FETAEP



PARANÁ

O Programa Campo Jovem, desenvolvido pela FETAEP, tem o objetivo de despertar a família para o planejamento sucessório rural e sindical, levar informações sobre programas e políticas públicas importantes.

PERNAMBUCO

A transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica pelas famílias do Projeto de Assentamento Maria Otília, em Inajá/PE, trouxe melhoria considerável tanto na produção quanto no valor agregado dos produtos no mercado local. Os(as) assentados produzem os próprios adubos com o aproveitamento de sobras de poda e de colheita, assim como de esterco de animais.

MINEILTON RESENDE



ARQUIVO FETAG-PI



PIAUI

No município de José de Freitas/PI, os(as) assentados do P.A. São Francisco 2 – Núcleo 1 conseguiram diversificar a produção mesmo em uma terra com tocos. Seu Raimundo Nonato dos Santos Filho, mais conhecido como Raimundo Doro, de 70 anos, produz arroz, milho, feijão, melão, melancia, abóbora, maxixe, fava, macaxeira e manaíba, tudo sem veneno.

ARQUIVO PESSOAL



RIO DE JANEIRO

A aquisição de tratores com implementos trouxe grandes perspectivas de expansão da produção agrícola no Projeto de Assentamento Nova Esperança do Aré, em Itaperuna/RJ. As famílias assentadas, que estão conseguindo renda suficiente para o sustento da família, dedicam-se ao plantio de cana, produção de leite, recuperação de nascente, entre outros.

ARQUIVO FETARN



RIO GRANDE DO NORTE

A implantação de placas solares no projeto de Quintais Produtivos e a organização da produção e comercialização dos produtos capitaneados pela Cooperativa de Agricultor e Agricultora de Mossoró e Região (Cooafam) trouxeram melhora significativa na qualidade de vida e aumento da renda das famílias do Projeto de Assentamento São Romão, em Mossoró/RN.

ARQUIVO FETAG-RS



RIO GRANDE DO SUL

A construção da escola no Projeto de Assentamento Novo Arroio Grande, no município de Arroio Grande/RS, foi uma das principais conquistas depois da conquista da terra. Para as famílias, as escolas dos assentamentos precisam de professores que tenham a mesma realidade que os(as) assentados(as), incentivando os(as) jovens a permanecerem em suas terras e não defender a migração para as cidades.

ARQUIVO FETAGRO



RONDÔNIA

O cultivo em lavouras comunitárias, em especial da mandioca, é um dos fatores que levou ao sucesso do Projeto de Assentamento Primavera, em Theobroma/RO, principalmente pelo fato de serem 227 famílias assentadas na área. O P.A. possui grande importância no desenvolvimento e na economia do município.

ARQUIVO FETASE



SERGIPE

Apesar de ser uma dos maiores produtores de laranja da região, o Projeto de Assentamento São Francisco, localizado em Cristinápolis/SE, também produz coco seco e coco verde, mandioca e seus derivados, contribuindo significativamente com a economia local por se tratar de um município agrícola.

- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, PAULO, Pedagogia da Esperança, um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.
- PAGE, JOSEPH. A Revolução que nunca houve – O Nordeste do Brasil 1955-1964. Ed. Record.1972. Tradução de Ariano Suassuna.
- Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Disponível no endereço http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1200296967_19012017153912.pdf Acesso em 01.03.2019
- Anais do 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.
- As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres. Mapeando experiências.
- Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra. Disponível no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em 12.12.2018.
- As Sesmarias e o legítimo destaque do patrimônio público. Disponível no endereço <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,as-sesmarias-e-o-legitimo-destaque-do-patrimonio-publico,48882.html>. Acesso em 13.12.2018
- Breve histórico do instituto da sesmaria e a evolução das Principais áreas da cidade do Salvador. Disponível no endereço <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/1402/1089>. Acesso em 13.12.2018
- Vídeo Campanha nacional pelo limite da propriedade de terra - Parte 1. Disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=uaMkm-N-Jck4>. Acesso em 13.12.2018.
- Portal da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG. Disponível no endereço www.contag.org.br.
- Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível no endereço www.ibge.gov.br
- Portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Disponível no endereço www.incra.gov.br.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 15.12.2018.
- Lei 13.465 de 11 de julho de 2017. Disponível no endereço http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_731265804_24042018223445.pdf.
- Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Brasília/2010.
- Decreto nº 9.311 de 15 de março de 2018. Disponível no endereço http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_823220808_18032018132359.pdf.
- Decreto 9.424 de 26 de junho de 2018. Disponível no endereço http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2124897430_26092018225833.pdf.
- Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra. Disponível no endereço http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=420:campanha-pelo-limite-da-propriedade-da-terra&catid=41:campanhas&Itemid=69.



Apoio:



Realização:

